

PROPOSTA DE OIGP DO SARDIOALI

Agosto 2024

AAACSM

Projeto financiado pela União Europeia através do Plano de
Recuperação e Resiliência (PRR)



Conteúdo

Lista de Acrónimos	5
Introdução	7
Objetivos gerais da OIGP em relação á AIGP SARDOAL I	10
Objetivos específicos da AIGP SARDOAL I e OIGP	10
Entidade responsável	10
Capítulo A Transformação e valorização da Paisagem	11
A.1 Projeto da Paisagem futura	11
a. Planta de Ocupação atual (Posa)	11
b. Planta de Ocupação do Solo proposta (POSP)	12
c. Matriz de Transformação da Paisagem	12
A.2 Fundamentação das Soluções adotadas na proposta	12
A2.1 Situação atual do território	12
a. Localização e enquadramento	12
b. Caraterísticas biofísicas e edafoclimaticas	12
b.1) Orografia	12
b.2) Declives	12
b.3) Exposição	0
b.4) Solos	0
b.5) Hidrografia	0
b.6) Temperatura	0
b.7) Humidade do ar	0
b.8) Precipitação	2
b.9) Vento	2
b.10) Fauna e Flora	4
c. Ocupação do solo incluído cartograma	5
d. Áreas edificadas e infraestruturas	5
e. Elementos patrimoniais e culturais	5
f. Fogos rurais	5
g. Outros riscos e vulnerabilidades	5
h. Estrutura fundiária	5
i. Socioeconomia relevante para a valorização e revitalização do territorial	5
j. Estura organizativa	5
l. Projetos em curso ou aprovados	5
A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta	5

a.	Adequação dos usos às características biosféricas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	5
b.	Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas	5
c.	Conetividade ecológica	5
d.	Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água	5
e.	Redução da Vulnerabilidade aos fogos rurais	5
f.	Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais	5
g.	Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitário existentes ou potenciais	5
h.	Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes	5
i.	Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem.	5
j.	Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor	5
A2.3	Articulação com quadro legal	5
a.	Instrumentos de gestão territorial	5
	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem	5
	Programas Especiais das Áreas Protegidas (e outros)	5
	Programas Regionais de Ordenamento Florestal	5
	Plano Diretor Municipal	5
b.	Instrumentos de gestão Integrada de fogos rurais	5
	Programa sub-regional de ação e gestão integrada de fogos rurais	5
	Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos	5
c.	Servidões e restrições de utilidade pública	5
	Regime Florestal	5
	Áreas protegidas	5
	Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC)	5
	Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português	5
	REN	6
	RAN	6
	Empreendimentos hidroagrícolas	6
	Linhas de alta tensão e antenas	6
	Marcos geodésicos	6
	Sítios arqueológicos	6
	Outros regimes relevantes para a gestão, tais como o regime cinegético e de zonas de pesca nas águas interiores	6
d.	Planos de gestão florestal	6
A2.4	Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários	6

Capítulo B Programação da Execução	6
B1. Unidades de Intervenção	6
a. Mapeamento das Unidades de Intervenção	6
b. Quadro das Unidades de Intervenção	6
B2. Modelo de Exploração Florestal	6
B3. Modelo de intervenção em áreas agrícolas I	6
Capítulo C Investimento e Financiamento	6
C1. Ações de Reconversão e valorização da Paisagem	6
a. Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	6
b. Investimento global estimado para reconversão e valorização da paisagem	6
C2. Manutenção e Gestão da Paisagem Transformada	6
a. Povoamentos Florestais com Investimentos	6
b. Sistemas elegíveis para remuneração dos serviços de ecossistemas	6
C3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta	6
Capítulo D Gestão e Contratualização	6
D1. Levantamento Cadastral	6
D2. Modelos de Gestão e Contratualização	7
a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	7
b. B. Modelo de acesso e execução dos financiamentos	7
c. Modelo de contratualização de compromissos	7
d. Modelo de intervenção para as áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	7
e. Modalidades de adesão	7
Capítulo E Monitorização e Avaliação	7
ANEXOS	7

Proposta das Operações Integradas da Gestão da Paisagem do Sardoal I

Entidade Gestora: Associação dos Agricultores dos Concelhos
de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação

Data de submissão do documento provisório: 2 de agosto de 2024

Data de submissão do plano final: 2 de agosto de 2024

Data de aprovação do plano:

Data de revisão do plano:

Data da 1ª alteração do plano:

Data da 2ª alteração do plano:

O presente documento será alvo de correções sempre que ocorram alterações nas condições ambientais, sociais e económicas, dados de monitorização, informação científica e/ou técnica relevante e, se aplicável, qualquer outra informação não mencionadas que seja importante referir.

Ficha Técnica

Título	Operações Integradas de Gestão da Paisagem do Sardoal I
<i>Identificação da OIGP:</i>	Sardoal I Aprovação pelo despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho
<i>Proponente da AIGP:</i>	Câmara Municipal de Sardoal
<i>Entidade Gestora da AIGP e OIGP:</i>	Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância Sardoal e Mação
<i>Morada:</i>	Av.ª Dr. João Augusto da Silva Martins, n.º 31, Arrifana, 2205-471 S. Miguel do Rio Torto Abrantes

Nota: Este documento foi redigido de acordo com o Novo Acordo Ortográfico

1.1. Conteúdos e entidade responsável

Entidade responsável pela AIGP e OIGP



Nome: Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação



Telefone: 241 331 143



E-mail: direcao@aigpcanonical-oleiros.pt



Técnicos responsáveis: Eng. Luís Damas | Eng. Ana Eira



Formação: Mestrado Recursos Florestais

Introdução:

Estando a enfrentar uma crise climática, onde cada vez mais se verifica um aumento da frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos, este cenário amplifica a necessidade urgente de aumentar a resiliência do território de forma a diminuir a probabilidade do risco, nunca esquecendo a vertente da rentabilidade económica para os proprietários. Este será um documento flexível e apesar de o objetivo ser trabalhar em larga escala, aquilo que for a pretensão dos proprietários terá de ser incutida na proposta aqui presente, de forma a que seja possível a sua implementação.

CAPÍTULO A. TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

A1. PROJETO DA PAISAGEM FUTURA

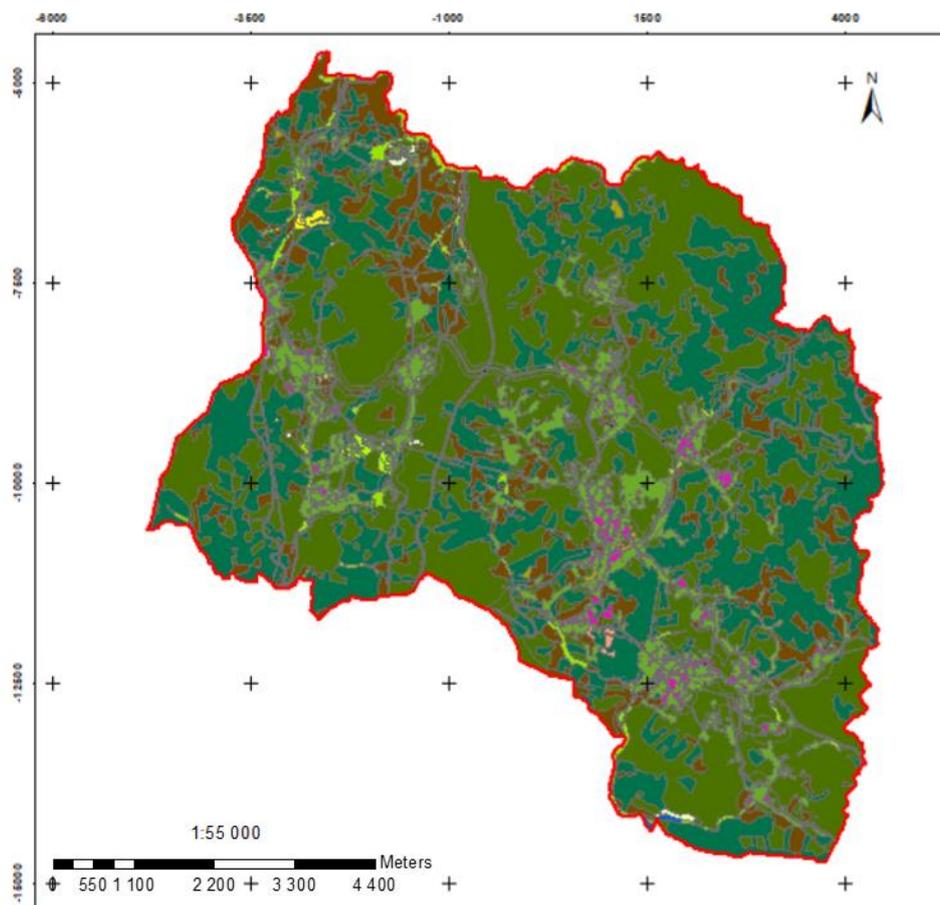
a) PLANTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL (POSA)

Na figura seguinte verifica-se de que ocupação do Solo atual presente na AIGP de SARDOAL I, é na sua maioria florestal, sendo que este ocupa cerca de 88% da área da AIGP. Sendo que área florestal de pinheiro-bravo é que apresenta maior expressão 42%, segue-se a florestas de eucalipto com 31%, e por fim área de matos com 13% de área ocupada. Sendo que as outras áreas florestais existentes apresentam pouca expressão.

A área de pinho presente, na sua grande maioria tem como proveniência a regeneração natural após incêndios, deste apresenta grade densidade de indivíduos (3000 - 4500arv./ha), apresenta uma estrutura irregular, sem intervenção/condução, dado as usas características estes povoamentos apresentam uma grande carga de combustível propicia á propagação de incêndios. No que diz respeito ao eucalipto são povoamento puros e regulares, apresentam vários níveis de gestão diferenciados, ou seja, uns tem evidencias de serem geridos, em que a sua carga de combustível é menor, dado a sua manutenção, este são uma minoria da área florestal apresentada. Outros, na sua maioria, não apresentam evidencias de gestão, por sua vez existe clara evidencia de abandono, tronado da mesma forma como o pinhal zonas com grande carga de combustível infamável. Estes povoamentos, na sua maioria são fruto de plantações apresentam distâncias de plantação, existem alguns já de regeneração natural, após incêndio. Apar destas machas existem grandes áreas de mato, que de igual forma contribuem para a propagação dos incêndios que possam ocorrer, dado ocorrência de incêndios, mas na área que faz fronteira com o concelho de Mação é possível verificar machas de *Háquea* picante, o que já se torna importante erradicar a mesmas dado que a mesma não permite o crescimento de outras espécies. Ainda tem temos de espécies invasoras ainda é possível definir pequenas/ grandes áreas um pouco por toda a AIGP de Acácia delbata e de Acácia melanoxylon, dado as suas características torna-se importante fazer uma construção desta espécie de forma cuidada e seguindo orientação técnicas tentar erradicar a mesmas, ao contrário da haquea o combate a este é processo mais demorado e longo, mas é possível. Os povoamentos mencionados apresentam, bom estado fitossanitário e vegetativo, sem sinais ou sintomas da presença de pragas ou doenças. Deste modo, essas áreas constituem um potencial para a produção silvícola que não está a ser aproveitado.

Quanto área agrícola, destaca-se o olival, em qualquer quintal ou baixa é notória a sua presença, a par desta é possível verificar mais dentro das aldeias algumas frutícolas, mas nada com grande expressão, é possível verificar a existência de cultura sazonais, assim

como pequenas vinhas, estas culturas servem apenas para autoconsumo da população local. Em certos locais mais na freguesia de Santiago de Montalegre, na interfase florestal/agrícola, verificar algumas machas consideráveis de sobreiros, assim como pequenos núcleos ou dispersos pela AIGP. É uma espécie que esta adaptar-se bastante bem nesta zona, e faz todo o sentido apostar na mesma. Através da análise da Carta de Ocupação de Solo de 2018 e depois de várias visitas de campo, conseguimos evidenciar a presença elevada de Regeneração Natural de Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*) confirmando que esta é uma área com um longo histórico de ocupação desta espécie. Os valores da COS confirmam que em 2018, 86 % da área era ocupada por Pinheiro bravo.



Legenda:



Figura 1. Uso e ocupação de solo da AIGP tendo em conta a COS2018 e ocupação do solo após trabalho de campo.

b) PLANTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO PROPOSTA (POSP)

A sustentabilidade de uma área florestal só pode ser viável se tiver como eixo orientador a vertente económica e a sustentabilidade física através do aproveitamento daquilo que já existe no solo, de forma a preservar os recursos que a própria natureza já nos fornece.

1. Pretende-se primeiramente privilegiar:

❖ A regeneração natural de:

- **Pinheiro bravo;**
- **Medronheiro;**
- **Sobreiro**, sendo que esta última encontra-se um pouco espalhada por toda a área da AIGP (em forma de árvores isoladas).

Além disso, pretende-se **gerir as áreas eucaliptos e pinheiro bravo adulto existentes**, que não arderam nos últimos incêndios e/ou que neste momento, no caso do eucalipto, precisam de intervenção ao nível da seleção das varas.

Ao nível da plantação pretende-se privilegiar o **Sobreiro, Castanheiro, Carvalho Português/Cerquinho, Carvalho alvarinho, Carvalho americano, Nogueira preta, Carvalho**

Negral, Cerejeira brava e também o Medronheiro e Pinheiro bravo (zonas em que existe a sua presença, mas é necessária à sua plantação).

Todas estas opções têm como objetivo aproveitar o potencial florestal existente na região e privilegiar as folhosas, não esquecendo que as mesmas terão de criar descontinuidade horizontal e vertical, tendo por isso em algumas zonas função dupla de proteção e produção. Nas áreas de regeneração, será necessário fazer adensamentos para as zonas de clareiras existentes. Prevê-se a gestão das áreas de cursos de água e galerias ripícolas com folhosas ripícolas existentes no terreno.

A) Estrutura de Resiliência

Consideramos para esta estrutura **8** elementos diferentes que se intersejam entre si. É nesta estrutura que devem ser aplicadas medidas de gestão de combustível e de alteração da ocupação do solo, de forma a aumentar a resiliência aos fogos florestais e reduzir os seus efeitos, facilitando o combate, protegendo o património natural, material a população.

1. **Pontos de Abertura (Áreas estratégicas de mosaicos das parcelas de gestão de combustível):** definição de uma área com buffer de 100 metros onde vai ser privilegiado a agricultura através da plantação de frutícolas e a plantação de folhosas, mais concretamente o Sobreiro.
2. Faixas de gestão de combustível:
 - a. **Rede Primária de faixas de gestão de combustível:** à responsabilidade do ICNF, I.P., delimitada a nível regional, cumprindo uma largura 126 m. Esta faixa cobre a periferia da área útil da alGP, ocupada por regeneração de medronheiro onde vai ser feita a sua limpeza e privilegiado as pastagens espontâneas e os sistemas agroflorestais de medronheiro.
 - b. **Rede Secundária de faixas de gestão de combustível:**
 - i. 10 m Rede rodoviária: à responsabilidade do Município de Oleiros e das Infraestruturas de Portugal, IP, cumprindo uma largura de 10 m. Será feita a desmatção e o abate de árvores com valor comercial maioritariamente residual, sendo posteriormente privilegiado a manutenção de pastagens espontâneas.

- ii. **Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de média tensão:** à responsabilidade da e-Redes/EDP, cumprindo uma largura de 7 m para cada um dos lados;
- iii. **Mosaicos das parcelas de gestão de combustível:** com uma dimensão variável, tendo uma função estratégica na redução da propagação do fogo na paisagem. Ocorrendo o seu cruzamento com linhas de água, vai ser privilegiado a conversão em agricultura e preservação das espécies ripícolas existentes e manutenção da agricultura tradicional existente.
- iv. **Rede viária florestal e Beneficiação de caminhos existentes:** cumprindo uma largura de 7 m, será beneficiado a rede viária florestal e caminhos existentes de forma a permitir um maior acesso à área da OIGP.

As faixas de gestão de combustível primária e secundária e as outras estruturas adicionadas terão como funções:

- a) Maior facilidade numa intervenção direta no combate ao fogo;
- b) Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formação florestais e agrícolas;

Os mosaicos das parcelas de gestão de combustível correspondem aos locais onde os tratamentos têm maior efeito na redução da propagação do fogo na paisagem, devendo o seu planeamento, instalação e manutenção ter em consideração:

- ✓ Histórico e tipologia dos grandes incêndios e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia que favorece a progressão do incêndio;
- ✓ Localização de pontos críticos de abertura do fogo na paisagem;
- ✓ Localização de zonas de oportunidade da supressão;
- ✓ Características fisiográficas e particulares da paisagem local.

A remoção de combustível nas faixas de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível pode ser substituída por ocupação compatível que garante a gestão do sub-coberto e o cumprimento das funções previstas anteriormente. As

ações de arborização e rearborização devem respeitar as faixas de gestão de combustível e as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível. Os critérios nas faixas de gestão de combustível, nomeadamente as distâncias a respeitar na vegetação presente na envolvente aos edifícios e aglomerados populacionais devem ser respeitados. Assim:

- As copas das árvores e dos arbustos têm de estar no mínimo a 5 metros dos edifícios, admitindo-se exceções no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico;
- A distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo 10 metros no caso do pinheiro bravo e/ou eucalipto, e no mínimo, 4 metros nas restantes espécies;
- As árvores de qualquer espécie têm de ser desramadas em 50% da sua altura até que atinjam os 8 metros, altura a partir da qual o tronco deve estar limpo de ramos, no mínimo 4 metros acima do solo. Em árvores com altura inferior a 8 metros, a desramação no tronco acima do solo deve ser até metade da sua altura;
- A altura máxima do estrato arbustivo (arbustos) não pode exceder os 50 cm;
- A altura máxima do estrato herbáceo subarbustivo (vegetação mais rasteira, sem caule lenhoso, como as ervas), não pode exceder os 30 cm;

B) Estrutura ecológica

A estrutura ecológica assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais.

Nesta estrutura incluem-se:

a) Sistema húmido:

- Leitos de cursos de água REN:** cumpre uma largura de 10 m e que são classificadas como reserva ecológica natural.
- Margens das linhas de água:** cumprem uma largura de 10 metros para cada lado. Será preservado a vegetação ripícola existente através da sua gestão. Foram seleccionadas as linhas de 1º e 2º ordem.

b) Sistema seco | Linhas de cumeadas (Festo): Estas áreas foram desenhadas tendo em conta a altimetria do território, ou seja, os pontos mais altos das cumeadas. Será privilegiado espécies como o medronheiro, castanheiro, carvalho português/cerquinho e sobreiro. Constituem a estrutura de carácter linear principal que, para além das funções ecológicas, cria obstáculo à progressão do fogo perpendicularmente à vertente.

C) Elementos estruturais

Nos capítulos dos elementos estruturais verificamos, através do contacto com o Município e com a validação em campo, que não existem zonas de lazer, caminhos pedestres, tanques, represas, açudes, património classificado ou parques de merendas.

A ocupação do solo proposta, é na sua maioria ocupada por floresta correspondendo a um total de XXX ha, verificando-se uma redução relativamente à ocupação do solo atual. A área ocupada com agricultura regista um aumento de XXX em relação à ocupação atual, passando a representar. A ocupação referente às Áreas Sociais e aos Improdutivos permanece inalterada. Contudo é ao nível da composição dos povoamentos florestais que se verifica uma maior alteração, como se pode observar na matriz de transformação da paisagem, descrita na alínea c).

c) MATRIZ DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Para o desenho da matriz de transformação da paisagem, teve-se em atenção que já existia e que não ardeu nos incêndios que tem passado pelo concelho, o que poderia interessar os proprietários ao nível da rentabilidade económica em substituição do pinheiro bravo e aqueles que são os objetivos a cumprir.

Achamos que seria de todo o interessante e pertinente, tanto ao nível da OIGP como dos Condomínios da Aldeia existentes dentro da área útil, não mexer nas áreas agrícolas que apresentam gestão; na área de Pinheiro Bravo que não ardeu e por isso necessita de intervenção imediata ao nível de redução de densidade, limpeza de mato e desramação e ainda nas áreas de Eucalipto que se encontram geridas e um pouco espalhadas por toda a área. Estas contribuem para criar descontinuidade florestal, seja vertical, seja horizontal. A matriz de transformação da paisagem resulta da comparação entre a POSA e a POSP, dando origem ao Quadro n.º 1 (tabela infra) com as diferenças em percentagem que podemos observar na imagem infra.

Quadro 1: Matriz de transformação da Paisagem

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)	
	ha	%	ha	%
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	1.208	0.023	1.208	0.023
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esperso	1.060	0.020	1.060	0.020
1.1.3.2 Espaços vazios sem construção	0.605	0.012	0.605	0.012
1.2.1.1 Industria	2.942	0.056	2.942	0.056
1.1.3.1 Instalações agrícolas	0.223	0.004	0.223	0.004
1.3.2.1 Infraestruturas para captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo	0.216	0.004	0.216	0.004
1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	0.190	0.004	0.190	0.004
1.4.1.1 Rede viária em espaços associado	61.622	1.172	61.622	1.172
1.6.1.2 Instalações desportivas	1.005	0.019	1.005	0.019
1.6.4.1 Cemitérios	0.836	0.016	0.836	0.016
1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	0.724	0.014	0.724	0.014
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	21.186	0.403	21.186	0.403
2.2.1.1 Vinhas	6.147	0.117	6.147	0.117
2.2.2.1 Pomares	3.502	0.067	10.000	0.186
2.2.3.1 Olivais	428.551	8.149	450.000	8.374
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	5.567	0.106	5.567	0.104
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	5.688	0.108	5.688	0.106
4.1.1.5 SAF de outras misturas	0.000	0.000	732.000	13.621
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	6.094	0.116	442.390	8.232
5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos	0.000	0.000	618.000	11.500
5.1.1.4 Florestas de castanheiro	0.000	0.000	68.000	1.284
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	1658.454	31.536	1000.000	18.608
5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras	12.122	0.231	0.000	0.000
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	91.298	1.736	849.000	15.798
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	2482.913	47.213	1000.000	18.608
5.1.2.2 Pinheiro manso	0.000	0.000	71.000	1.321
6.1.1.1 Matos	453.880	8.631	0.000	0.000
7.1.1.1 Praias, dunas e areais interiores	1.370	0.026	1.370	0.025
7.1.2.1 Rocha nua	1.708	0.032	1.708	0.032
7.1.3.1 Vegetação esparsa	138.000	2.624	15.000	0.279
8.1.1.1 Paus	0.928	0.018	0.928	0.017
9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes	3.054	0.058	3.054	0.057
9.1.2.5 Charcas	1.140	0.022	1.140	0.021
Totais	5392	103	5374	99.996

Através da análise da matriz de transformação, podemos constatar que a área ocupada com floresta continua a ser a mais representativa, contudo, observa-se uma ligeira redução. A agricultura registou um aumento considerável em relação à ocupação atual. Para esta evolução das áreas agrícolas contribuíram o incremento das áreas ocupadas por olivais e a introdução das pastagens melhoradas e dos pomares.

A2. FUNDAMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS NA PROPOSTA

A2.1. Situação atual do território

a) Localização e enquadramento

O concelho de Sardoal faz parte da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo (CIMT), juntamente com os concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

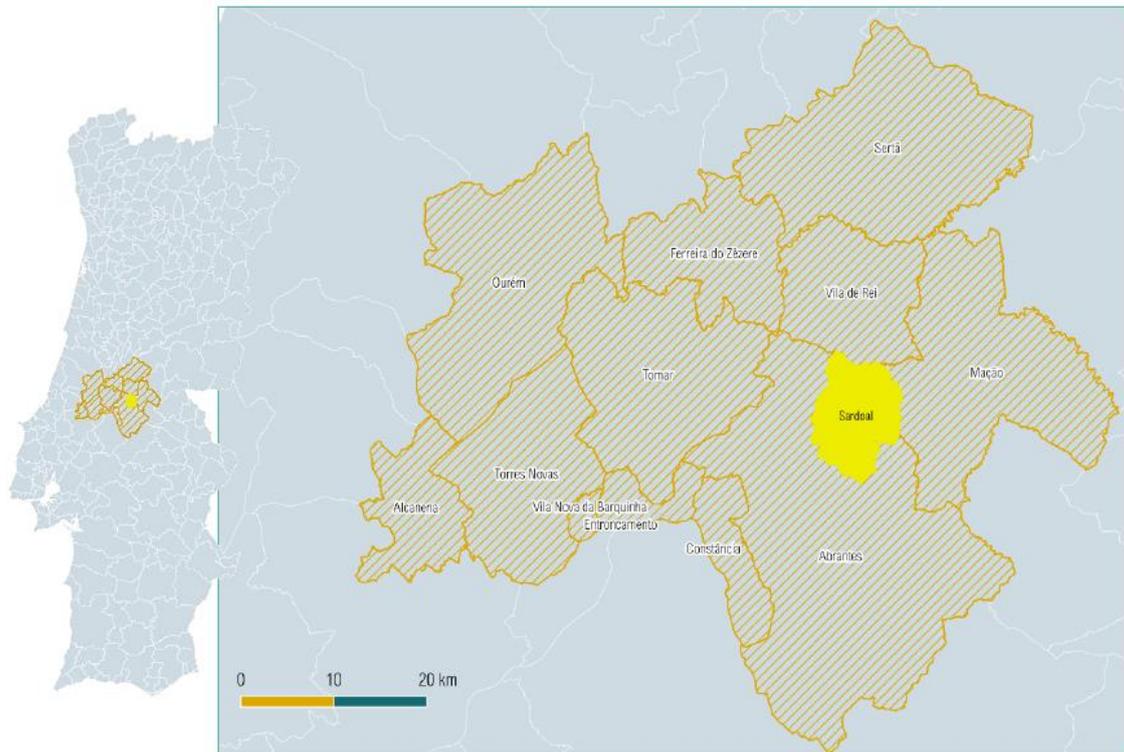


Figura 1|Enquadramento do Conselho de Sardoal e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

O concelho de Sardoal tem uma área de 92,2 km² e cerca de 4 000 habitantes. Um pequeno concelho constituído por 4 freguesias (Sardoal, Valhascos, Santiago de Montalegre e Alcaravela) pertencente ao distrito de Santarém, situado no interior do país. É delimitado a Norte pelo concelho de Vila de Rei, a Este pelo concelho de Mação e a Sul e Oeste pelo concelho de Abrantes. Devido à sua localização geográfica encontra-se na confluência de três regiões distintas: Ribatejo, Alentejo e Beira Baixa, às quais foi buscar as raízes da sua identidade cultural (Câmara Municipal de Sardoal, 2020).

AIGP SARDOAL I localiza-se a norte do concelho de Sardoal, abrangendo na sua totalidade a área de freguesia de Santiago de Montalegre e a Freguesia de Alcaravela. Para criar a planta de ocupação atual da paisagem (POSA) da AIGP | Sardoal I, foi necessário fazer um levantamento exaustivo de toda a área referente a mesma. Esta foi realizada através da análise da COS 2018, COSsin 2022, com auxílio das imagens google earth pro, através de imagens foi possível verificar quais as alterações neste território no período temporal de 2006 a 2023 (período de 18 anos) foi uma ferramenta excecional no caso de verificar quais as áreas que estão a ser geridas ativamente no caso de áreas referente ao eucalipto, este processo ainda foi complementado com visitas de

campo. Recorrendo à base de dados do histórico de incêndios existente na plataforma do ICNF (GeoCatálogo) é possível determinar em algumas das áreas referentes à OIGP, o ano de contagem de idade dos povoamentos.

De um modo geral a área referente à AIGP é na sua maioria florestal com o predomínio de grandes manchas de pinheiro-bravo com idades entre 1 ano - 40 anos (tendo em conta histórico de incêndios), na sua grande parte proveniente de regeneração natural após incêndio. Estes povoamentos de pinheiro-bravo, na sua maioria apresenta excesso de densidades. É notória o seu abandono, a madeira retirada na suma maioria vai para estacaria, e são feitos cortes rasos, deixando depois este ao sabor da passagem do tempo, o que provieniência em alguns casos regeneração natural na sua quase totalidade, mas que não é realizada qualquer operação para que esta possa produzir como é esperado, para tornar o mesmo rentável. Este concelho como os vizinhos, já proporcionou corte de madeira para serração (tabuas, vigas ect.), foi realizada resinagem em outros tempos década de 60 do século passado, é possível encontrar os coletores de barro ainda feitos à mão. Com a chegada da década de 80, começou a produção de madeira de eucalipto, que segue como segunda espécie com mais expressão neste concelho, e tal como a primeira, apresenta-se na sua maioria abandonado, com falta de limpeza de vegetação na linha se entrelinhas de plantação assim como a seleção de varas não foi realizada (no caso de cortes), o que torna o povoamento denso (bastante matéria combustível) mas com muita fraca densidade em termos de madeira a produção. Em termos agrícolas destaca-se o olival, este existe me maior número junto às aldeias e dentro das mesmas, a par deste existem algumas culturas sazonais. Produção destes produtos agrícolas são para consumo dos proprietários/habitantes locais. Quanto à produção de azeite maior parte é consumida pelos próprios produtores. Também existem alguns zonas de olival abandonado é possível ver a sua persistência/resistência ainda que no meio de silvados. É possível verificar existência e cada vez mais vincada de pequenas manchas de sobreiro, é uma espécie que esta adaptar-se com muita facilidade neste concelho, um evidencia clara é na gestão do combustível nas faixas de rede primária e secundária, após abertura/corte dos povoamentos outro outra existentes agora é visível o crescimento/desenvolvimento dos pequenos sobreiros. Reforço que esta espécie já existe no concelho e mais predominante a sul do mesmo. O que facilita a propagação dos mesmo de uma maneira mais eficaz dado que estes já estão adaptadas as condições biofísicas da zona, logo será desde já uma espécie apostar nesta proposta.

Se uma forma mais concisa, atualmente a freguesia de Santiago de Montalegre e a freguesia de Alcaravela, são bastante distintas no que toca à ocupação do solo. A primeira apresenta uma extensa área de pinhal bastante denso com alguns povoamentos de eucalipto distintos, dentro destes povoamentos é possível verificar a existência de sobreiros, alguns carvalhos e castanheiros dispersos. Uma espécie agrícola que é bastante visível nos períodos da primavera é a cerejeira que se dá bastante bem, assim como a oliveira que dado aos vales esta aguenta bastante tempo o fruto

em relação aos concelhos vizinhos (como exemplo Mação) esta demora um pouco mais tempo amadurecer o fruto, permitido fazer apanha mais tarde. Em termos de espécie de invasoras é possível ainda verificar pequenas manchas de *Acácia delbata* vulgarmente conhecida por “Acácia Mimosa” e de *Acácia melanoxylon*, vulgarmente conhecida por “Acácia -da -Austrália” já existem também pequenos núcleos de *Hakea sericea* vulgarmente conhecida por Háquea picante.

Quanto à parte referente à freguesia de Alcaravela na zona de fronteiras entre as duas freguesias existe uma grande área de pinhal já a par de manchas de eucalipto. Esta freguesia no limite como o concelho de Mação foi afetada pelo incêndio de 2017, que consumiu perto de 26%, área total da área. Nessa mesma zona é possível já ver alguma regeneração de pinheiro-bravo, mas em outras zonas existe o predomínio de matos a par de espécies invasoras como a háquea picante. É notória nesta freguesia por parte dos proprietários uma enorme vontade em mudar os paradigmas, em que desde o incêndio estes estão empenhados na alteração do uso do solo, sendo este convertido de florestal para agrícola, mais precisamente para olival. Assim como os olivais outro ora abandonados já se verifica a sua manutenção/gestão. Estes olivais além de se encontrar muito facilmente junto às aldeias, ainda existem dentro das áreas florestais, apresentando uma variedade de áreas. Estes olivais são explorados de forma tradicional, a par destas existem ainda pequenas áreas de vinha, produção de culturas sazonais, mais uma vez para produção familiar, assim como algumas árvores de fruto, sempre mais junto das aldeias dado que, a fauna (Javali) existente muitas vezes danifica as culturas fora destes espaços. Estas produções, volto a frisar que são para autoconsumo da população local, não sendo possível aplicar em alguns dos casos, novos modelos de gestão agrícola de grande escala nestes territórios, dado a dimensão da própria propriedade. Claro se existir alguma intenção por parte de um núcleo de proprietários em formar uma marca de azeite e/ou vinho ou outro produto. Estamos abertos a sugestões e dar todo o apoio. Existe uma área considerável (dadas características de minifúndio) de pomares a Freguesia de Alcaravela tem presente pomares de Figo da Índia

Apar desta situação descrita referente ao abandono das florestas e de espaços agrícolas, deve-se ao facto de em um dado período temporal, ter-se dado a migração da população por falta de trabalho na zona e em busca de uma vida melhor. Com este fenómeno a população existente foi gerindo conforme as suas necessidades de posses as suas propriedades, neste momento essa mesma população já se encontra envelhecida e sem capacidades para gerir as mesmas. Apar deste surgem incêndios, que gera desmotivação na pequena minoria que ainda tenta lutar contra este paradigma. Com a situação pandémica vividas nestes últimos 2/3 anos, verificou-se um fenómeno de retorno de população com raízes a este concelho e não só. E como foi referido anteriormente existe uma pequena minoria de proprietários que procura voltar ao setor da floresta, no entanto, não apresenta conhecimento na área. Muitos procuram apoios por parte do estado de forma a investir

nas suas propriedades, o que em alguns casos não tem enquadramento, ou dado á complexidade de documentação que estes processos de candidatura acarretam, acabam assim por desistir. Com a criação destas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e as respetivas Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) surgem, deste modo, como um meio de apoio para a gestão e planeamento da(s) sua(s) propriedade(s) de forma a rentabilizar, proteger e conservar os ecossistemas de forma sustentável, em suma tornar o território resiliente no que diz respeito aos incêndios e as demais causas que possam advertir.

A AIGP SARDOAL I localiza-se no concelho de Sardoal nas freguesias de Santiago de Montalegre e Alcaravela. O concelho de Sardoal pertence ao Distrito de Santarém e está integrado na NUT III Médio Tejo da e NUT II da Região Centro

Relativamente à área geográfica do concelho, a área da AIGP SARDOAL I está localizada a do meio do concelho estende-se para norte do mesmo fazendo fronteira com a Norte com concelho de Vila de Rei, Este com o concelho de Mação e Oeste com o concelho de Abrantes. A área da AIGP é acessível por uma rede viária cujo eixo principal é a EN2 que estabelece ligação com o interior da AIGP através de estradas municipais, por sua vez ligadas à rede de caminhos e estradões florestais, permitindo assi m o acesso e interligação das várias vias na A

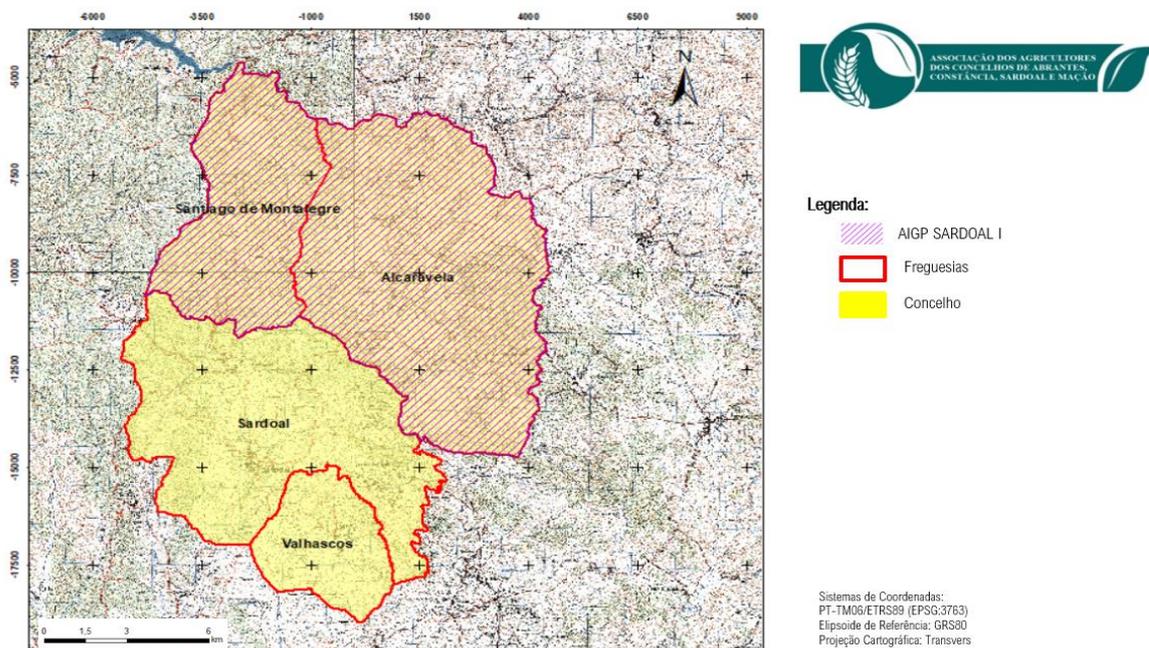


Figura 2| Enquadramento Geográfico da AIGP (CAOP 2022, DGT)

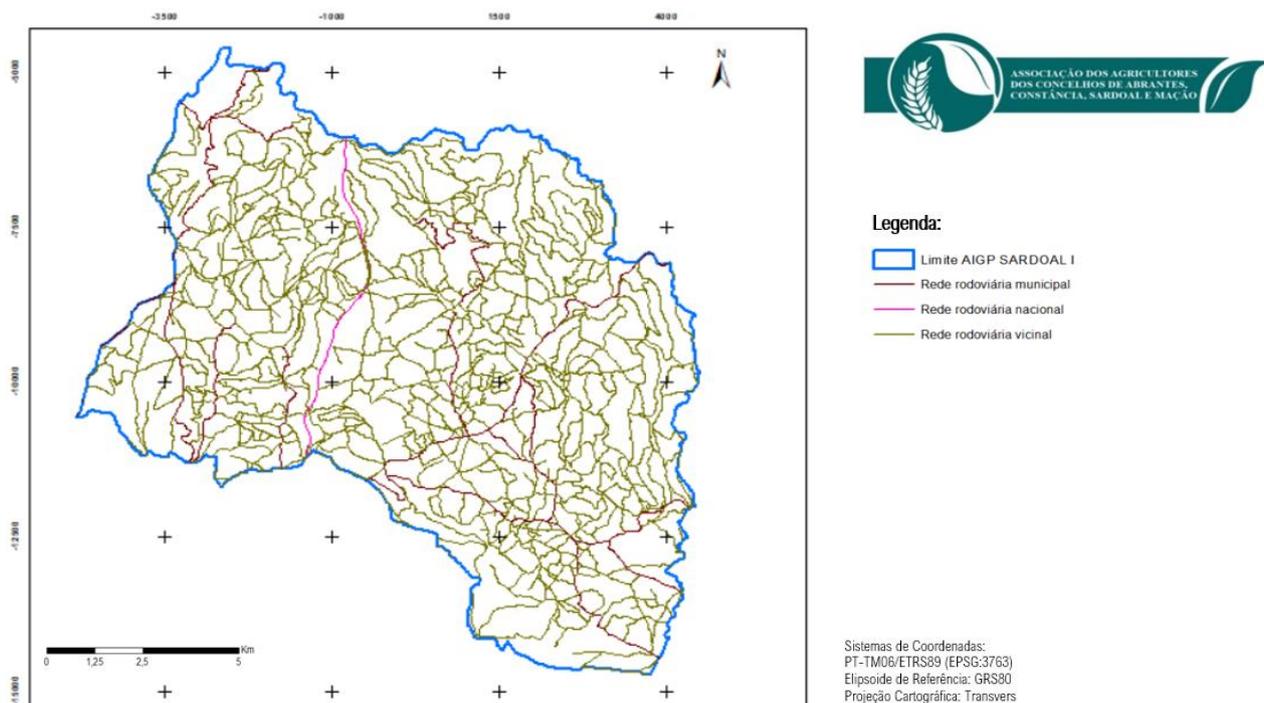


Figura 3 | Rede Viária da AIGP de Sardoal I

A Rede viária no interior da AIGP de Sardoal I, apresenta uma extensão total de 391,27 km, repartida pelas seguintes categorias:

Categoria	Extensão (Km)
Rede rodoviária nacional	5,58
Rede rodoviária Municipal	44
Rede Rodoviária vicinal	341,69

c. *Caraterísticas biofísicas e edafoclimáticas*

b.1) Orografia

Este elemento é bastante importante, pois é área que estuda e descreve o relevo. Esta condicionante poderá influenciar em muito o clima da região, assim como na composição da cobertura vegetal. Em sua a orografia tem influência na seleção dos modelos de silvicultura e/ou agroflorestais a privilegiar, e do mesmo modo poderá condicionar as operações tanto de instalação, gestão e exploração florestal, nomeadamente na preparação do terreno, na correção de densidades, desbastes, entre outras operações. Na área referente á AIGP SARDOAL I, em termos de altitude destaca-se a classe referente 250-300 metros correspondendo a 41% da área referente AIGP, seguidamente a classe de altitudes dos 200-250 metros com 26% e a Classe de atitudes dos 300-350 metros com 22% correspondendo a área da AIGP. (Tab.1 e Fig.6)

Tabela 1 | Percentagem por classe de altitude na área referente AIGP SARDOAL I

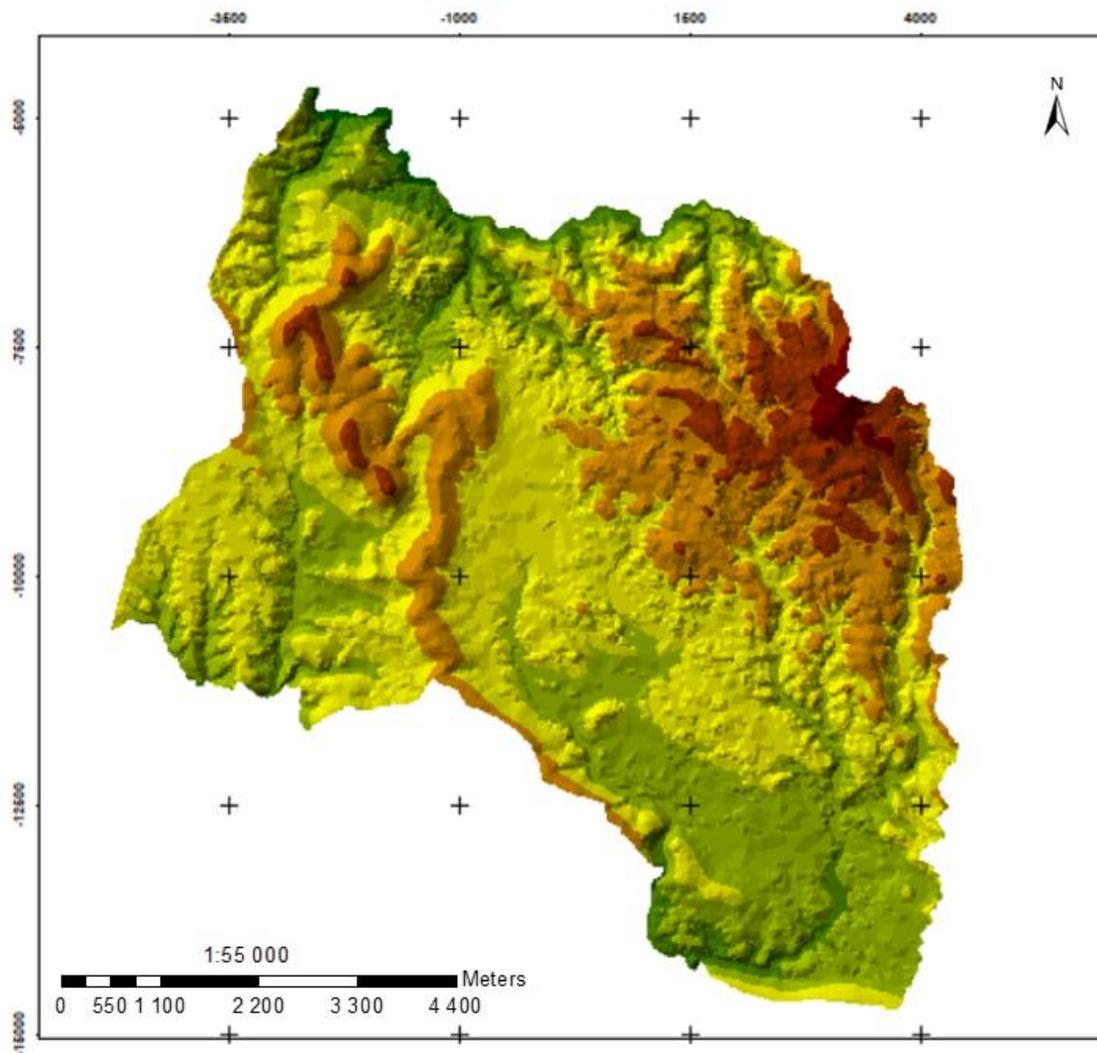
Classes de Altitude	Área (%)
100 - 150	0,3
150 - 200	4,0
200 - 250	25,6
250 - 300	40,8
300 - 350	22,2
350 - 400	6,3
450 - 450	0,8

b.2) Declives

Em relação aos declives, verifica-se que a classe mais representativa é a classe de declive superior a 20%, ou seja, com maiores declives acentuados, que correspondente a 34% da área da AIGP. A classe entre 5 e 10%, representa 20% da área de estudo, enquanto a classe de declives menos acentuados (>5%) está representada em 13% do território da AIGP (tab.2 e Fig.6). Com base nesta informação, verifica-se que os declives irão trazer alguns desafios aos objetivos propostos.

Tabela 2 | Percentagem por classe de declives nas áreas da AIGP SARDOAL I

Classe de declives	Área (%)
<5%	12,9
5% - 10%	19,8
10% - 15%	19,1
15% - 20%	14,3
>20%	33,9



Legenda:

 Limite AIGP SARDOAL I

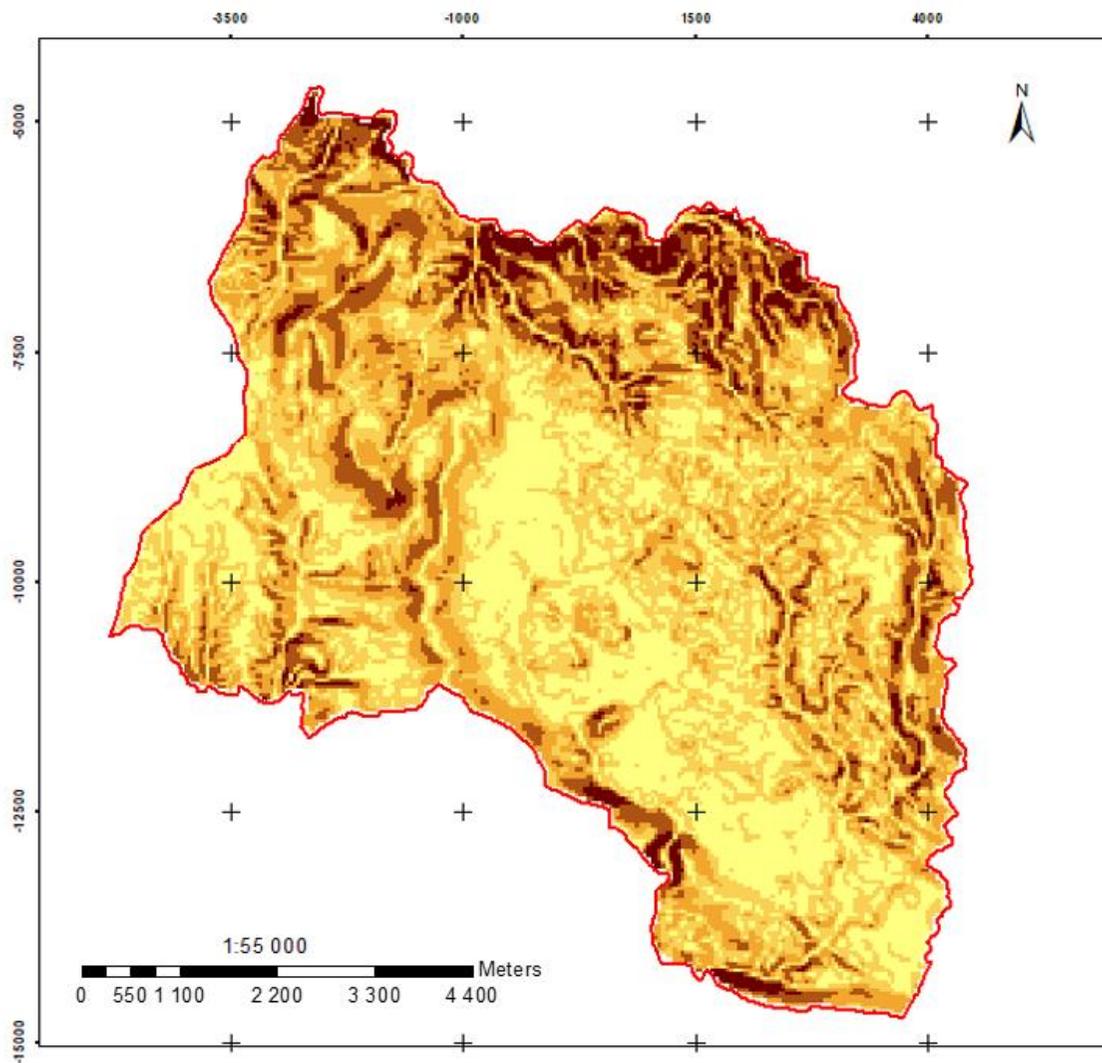
Altimetria

Classes:

-  400 - 450
-  350 - 400
-  300 - 350
-  250 - 300
-  200 - 250
-  150 - 200
-  100 - 150

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 4| Representação da altimetria na AIGP SARDOAL I



Legenda:

- Limite AIGP SARDOAL I
- Declives**
- Classes:
- >5%
- 5% - 10%
- 10% - 15%
- 15% - 20%
- <20%

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 5| Representação dos declives na AIGP SARDOAL I

b.3) Exposição

Quanto a exposição de uma forma geral, no que concerne a AIGP, esta apresenta cerca de 30% das encostas estão orientadas a Norte, estas são caracterizadas por encostas muito frias; segue-se encostas orientadas a Oeste (28%) que é o contrário das referidas anteriormente são consideradas encostas muito quentes. Esta apresenta ainda 21% de encostas orientadas a Este que tem características temperas nem muito frias nem muito quentes por fim ainda existem encostas orientadas a Sul com uma ocupação cerca de 10%. (Tab.3). Posto isto á que considerar, outras características que influênciam estes microclimas como o caso do declive, altitudes, em que, por exemplo, quando uma encosta de declividade acentuada voltada para sul é uma encosta muito fria; por outro lado, uma encosta de grande declividade voltada para norte, recebe muito mais insolação. Desta forma afeta diretamente a variação da temperatura de superfície nos vários locais.

Em suma, a exposição é só mais um fator a ter em conta, a juntar aos já mencionado. O solo e altimetria, condicionam muito a escolha das espécies agroflorestais a utilizar nos vários locais desta AIGP. As diferenças de exposição a horas de luz, é determinante no verão, uma maior ou menor exposição aos ventos dominantes na região, são fatores que condicionam, não só as espécies agroflorestais a instalar bem como as práticas culturais a utilizar.

Tabela 3 | Percentagem por classe de exposição nas áreas da AIGP SARDOAL I

Classes de exposição	Extensão (Km)
Norte	30
Este	21
Sul	10
Oeste	28
Plano	10

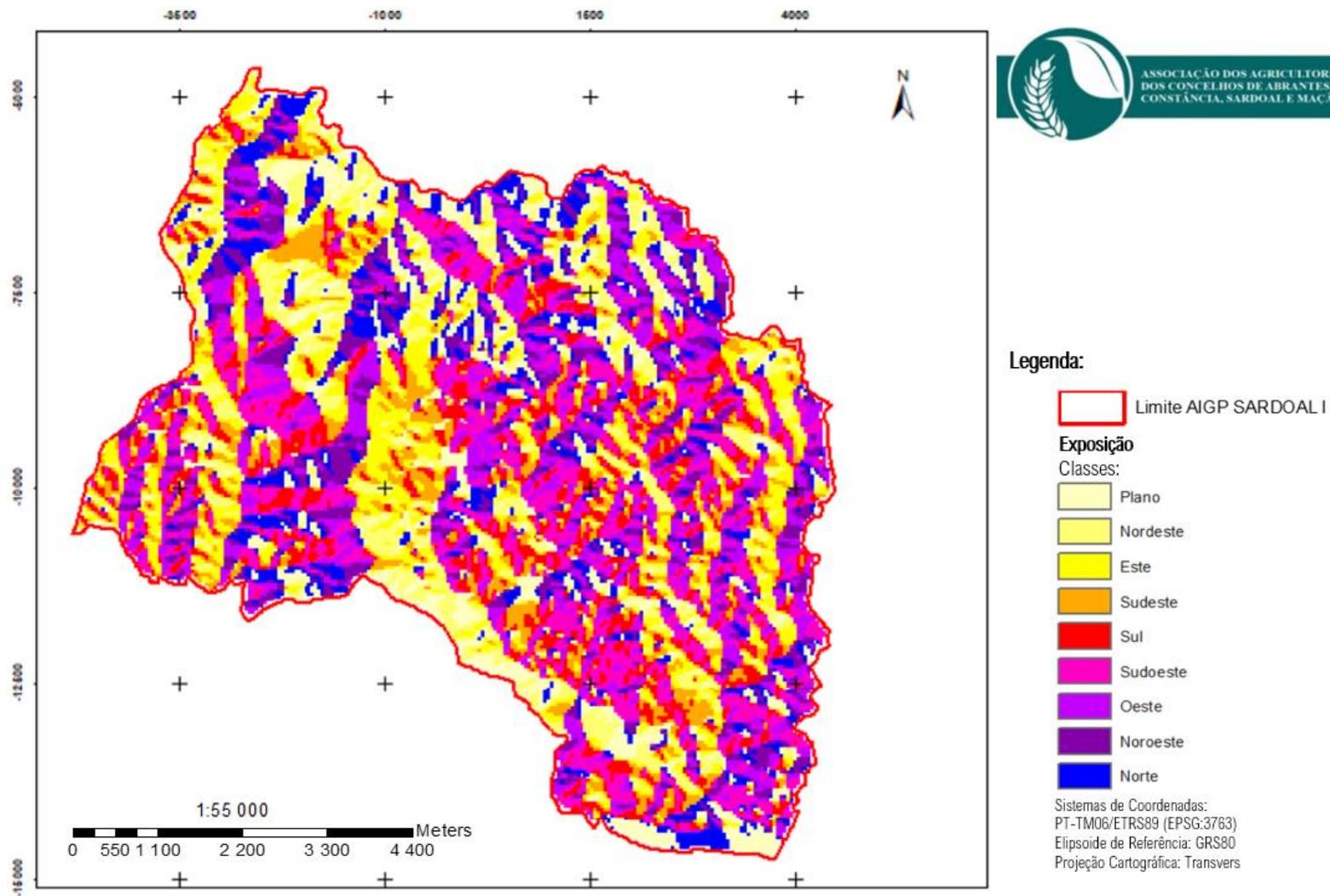


Figura 6|Representação das classes de exposição na AIGP SARDOAL I

b.4) Solos

Esta informação é de extrema importância para a escolha de como será realizada as atividades agroflorestais na AIGP, assim como na escolha de sistemas culturais. O sucesso das culturas agroflorestais entre outros fatores esta associada a uma boa adequação é tipologia e morfologia dos solos existentes nestas áreas.

A região em estudo é influenciada pela bacia do Tejo, em termo de litologia predominam formações sedimentares dos períodos *Do Devónico ao Ordovícico* (Quartzitos), *Silúrico e Ordovícico* (xistos, grauvaques) sendo este o mais predominantes e *Mio-Plistocénico* (arenitos, calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras, argilas), figura 5. A norte de Abrantes, Concelho limítrofe do Concelho de Sardoal, observa-se a transição para o complexo xisto grauváquico da região centro interior, onde ocorrem xistos e quartzitos de origem sedimentar e metamórfica. Esta caracterização geológico-litológica tem reflexos na ocorrência de manchas florestais importantes.

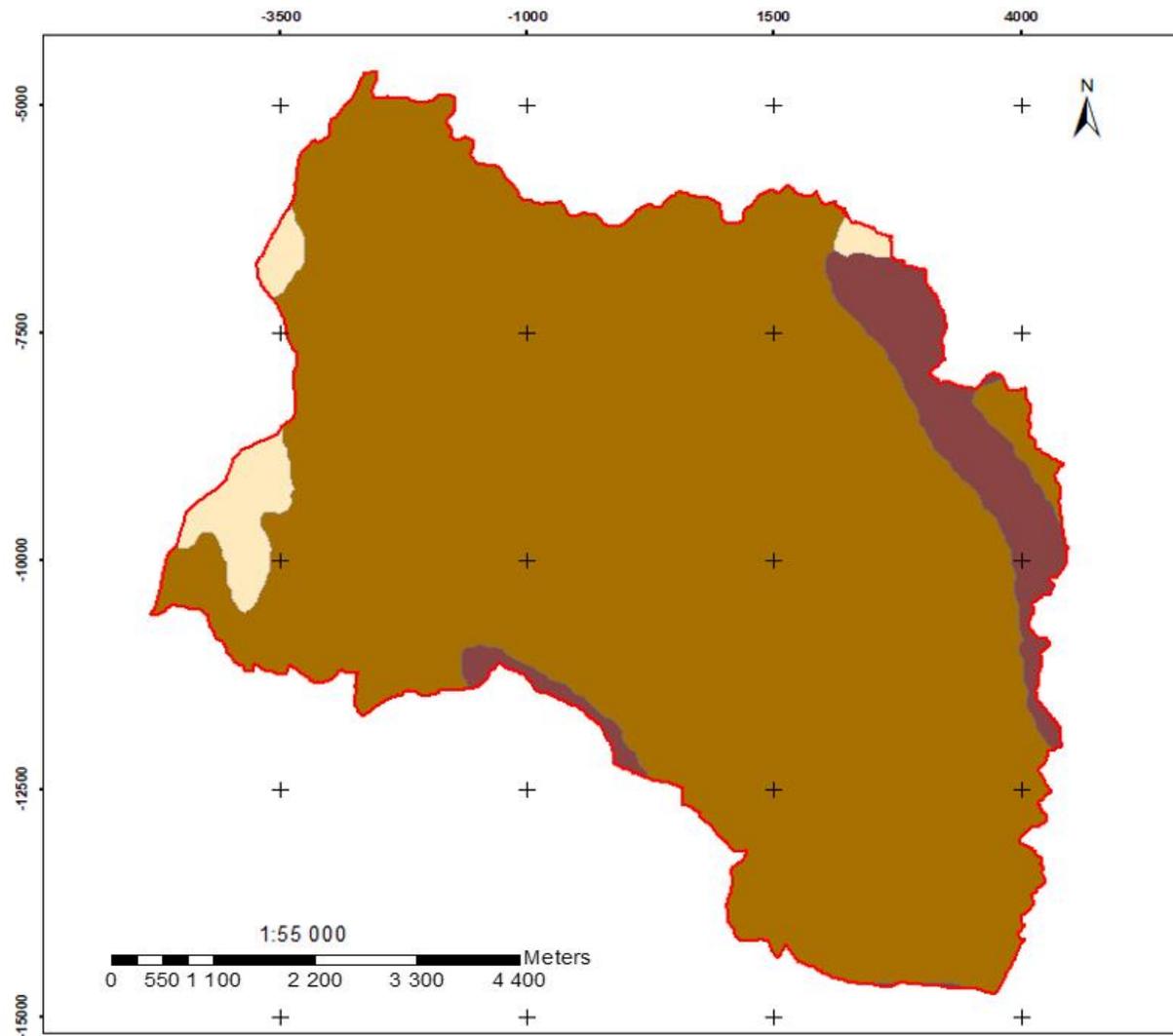
Quanto ao tipo de solos, estamos perante os luvisolos, solos rasos, pouco profundos, argiluiados pouco saturados; e litossolos, solos incipientes, pouco desenvolvidos e com pouca espessura, perante litossolos, solos incipientes, pouco desenvolvidos e com pouca espessura, normalmente posicionados sobre a rocha que lhe dá origem. Esta situação constitui um fator limitante a ter em conta nos modelos de silvicultura, nomeadamente nas espécies e tipologias de preparações de terreno a implementar. A meteorização da rocha que lhes dá origem também é um processo lento e as espécies a selecionar desempenharão um papel revelante.

No que respeita a aptidão do solo – capacidade de uso solo na área da AIGP, verifica-se que as áreas mais adequada agricultura (Classe A) se localizam dentro dos aglomerados populacionais e na sua envolvente, correspondendo a zonas de declives reduzidos, bem como algumas zonas adjacentes a linhas de água permanentes, (vales com margens com declives suaves). O restante território da AIGP apresenta aptidão florestal (Classe F) e agroflorestal (Classe A+F), sendo que as áreas mais declivosas se adequarão melhor a áreas de floresta de proteção e conservação ou sistemas agroflorestais. Cada uma das características para classe referida encontra-se descrita na seguinte tabela:

Tabela 4 | Classe de Capacidade do uso do solo na área AIGP SARDOAL I

Utilização	Classe de Capacidade de Uso do Solo (SROA)	Caraterísticas
Suscetível de utilização agrícola e de outras utilizações	A	<ul style="list-style-type: none"> • Poucas ou nenhuma limitações de utilização agrícola • Sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros; • Suscetível de utilização agrícola intensiva
De uso limitado e em geral não suscetível de utilização agrícola	F	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações severas • Não suscetível de utilização agrícola, com limitações severas e muito severas para pastagens, exploração de matos e exploração florestal;

Decreto-Lei número 73/2009; Classes de capacidade de Uso do Solo – SROA 1972



Legenda:

 Limite AIGP SARDOAL I

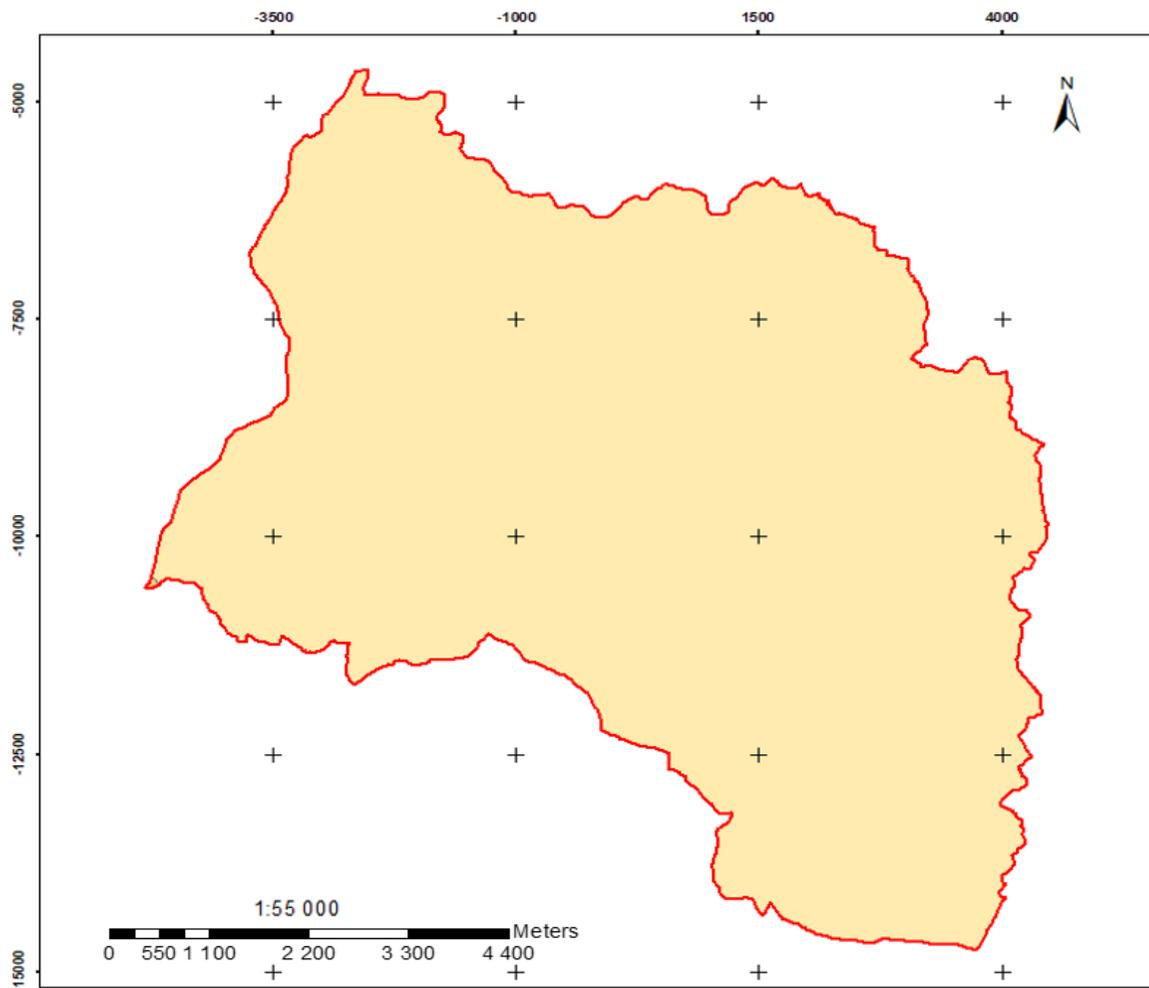
Litologia

Classes:

-  Arenitos, calcários +/- margosos, areias, cascalheiras, argilas
-  Quartzitos
-  Xistos, grauvaques

Sistemas de Coordenadas:
PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
Elipsoide de Referência: GRS80
Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 7| Representação da Litologia na AIGP de SARDOAL I

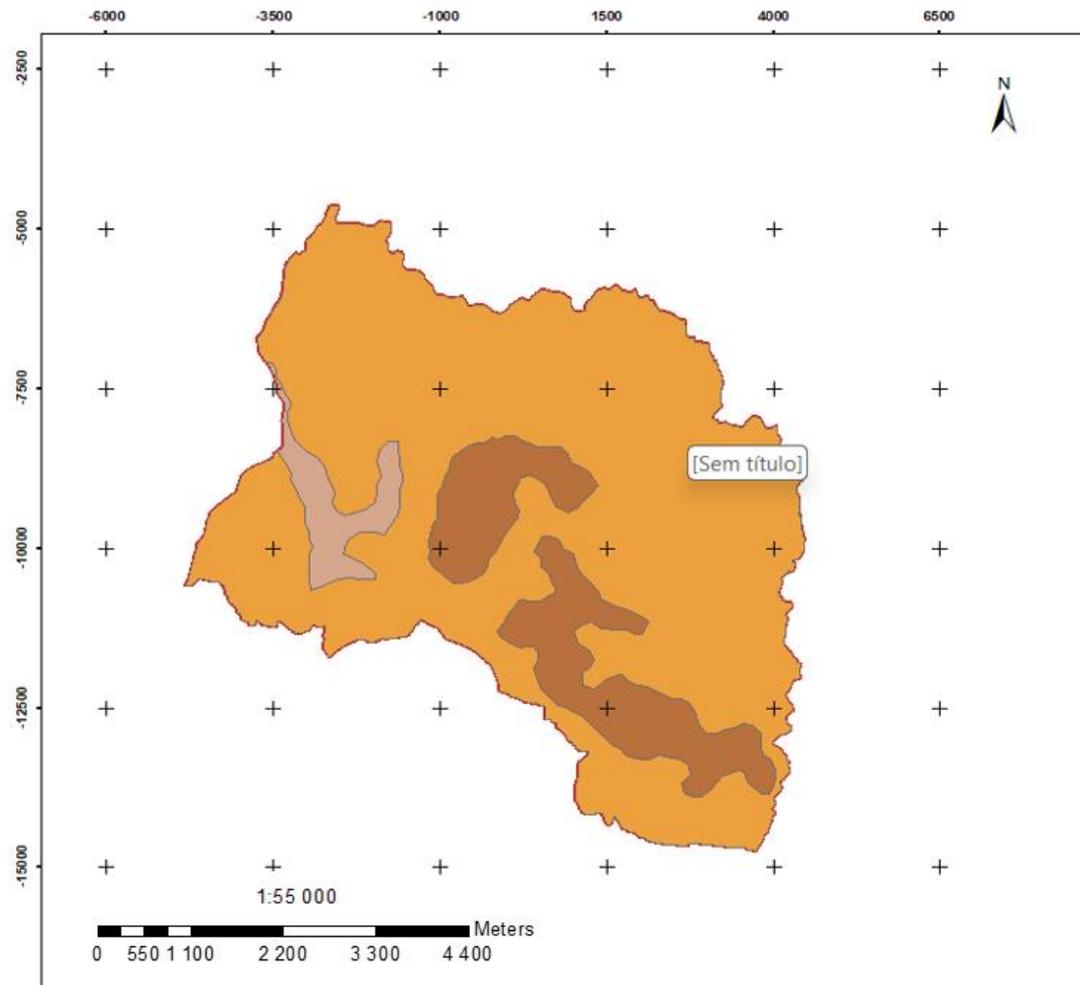


Legenda:

- Limite AIGP SARDOAL I
- Tipo de Solo**
- Classes:
- Litossolos éutricos
- Luvisolos órticos

Sistemas de Coordenadas:
PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
Elipsoide de Referência: GRS80
Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 8| Representação da Carta de Solo na AIGP de SARDOAL I



Legenda:

 Limite AIGP SARDOAL I

Capacidade de uso do solo (SROA)

Classes:

 Classe A

 Classe F

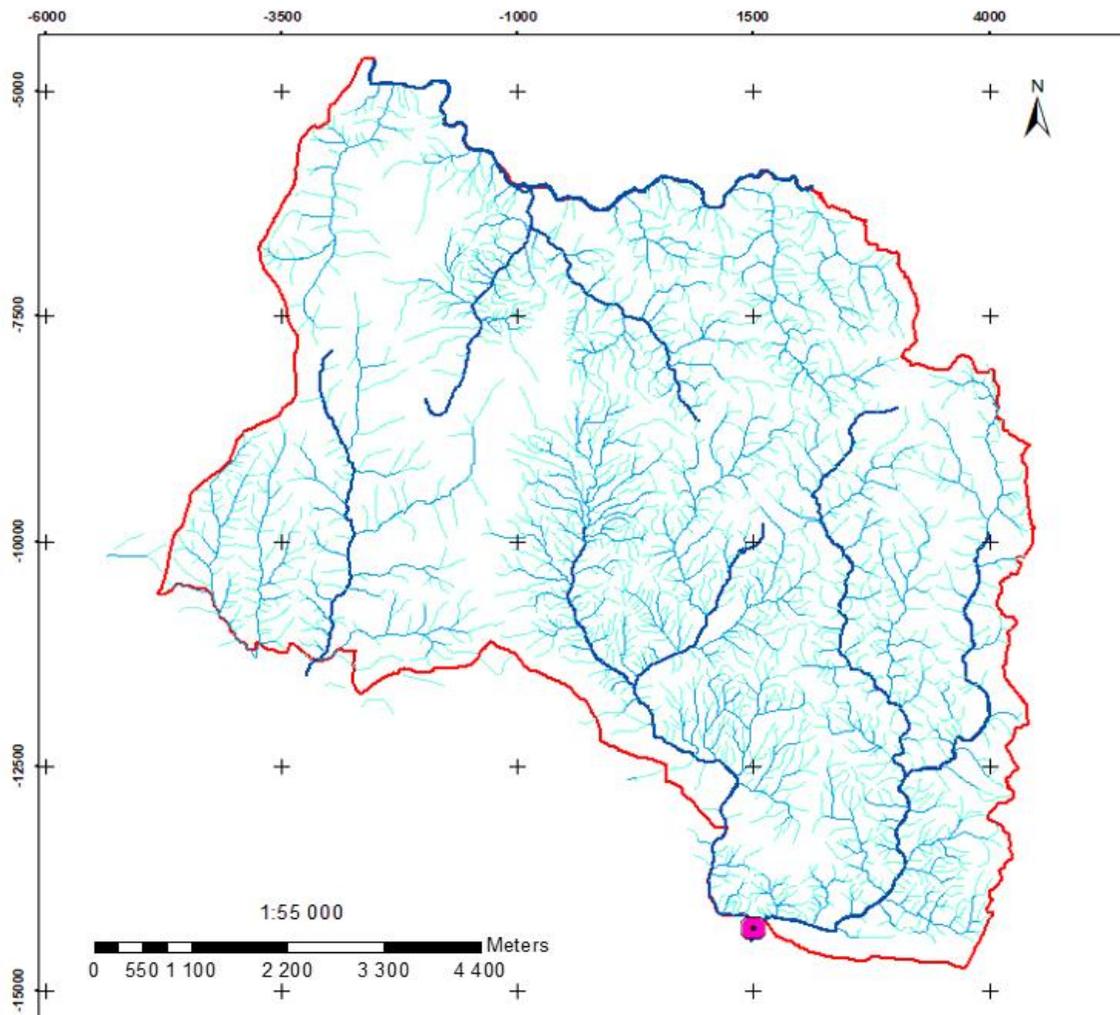
 Classes A+F

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 9 | Representação da Carta da Capacidade do Solo na AIGP SARDOAL I

b.5) Hidrografia

A caracterização dos recursos hídricos é um dos aspetos importantes para um planeamento do ordenamento florestal adequado. O concelho de Sardoal é trespassado por vários cursos de água estreitos, sem expressão notável e com caudais diminutos no período do Verão. Na AIGP existem 8 ribeiras principais, são elas a Ribeira do Codes (faz fronteira com o concelho de Sardoal e Vila de Rei), Ribeira da Amieira, Ribeira do Pescôso, Ribeira do Porto Escuro, Ribeira Sarbades, Ribeira de Toural, Ribeira Vale Diogo e Ribeira de Andreus com existe ainda uma barragem “Lapa”.



Legenda:

- Limite AIGP SARDOAL I
- Rede hidrográfica:
 - 1ª Ordem
 - 2ª, 3ª, 4ª Ordem
 - Ribeiros/Ribeiras
 - Barragem

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 10|Representação da Rede Hidrográfica na AIGP de SARDOAL I

Parâmetros Climáticos

O concelho de Sardoal é classificado com as seguintes características climáticas de Köppen, em que a Norte (zona AIGP SARDOAL I) apresenta um clima temperado com Verão seco e suave, e a Sul prevalece a classe "Csa", com um clima temperado com Verão quente e seco. Com uma precipitação média anual de longo prazo (1981 – 2010) de 651.9 mm e com um período de seca que usualmente se estende entre o fim de maio e o fim de setembro. A temperatura média anual é de 17.02 °C, variando entre 10.4 °C em janeiro a 23.8 °C em agosto (Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), 2020).

Em suma esta região caracteriza-se pela ocorrência de chuvas nos períodos mais frios e pela existência de temperaturas amenas ao longo do ano, no entanto, nos últimos anos tem-se verificado eventos climáticos adversos com mais frequência.

Tendo em conta o descrito no Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios de Sardoal (PMDFCI) verifica-se que em relação:

b.6) Temperatura

No que respeita ao elemento climático temperatura, são considerados os valores da temperatura média mensal, média das máximas e valores máximos registados para um período de

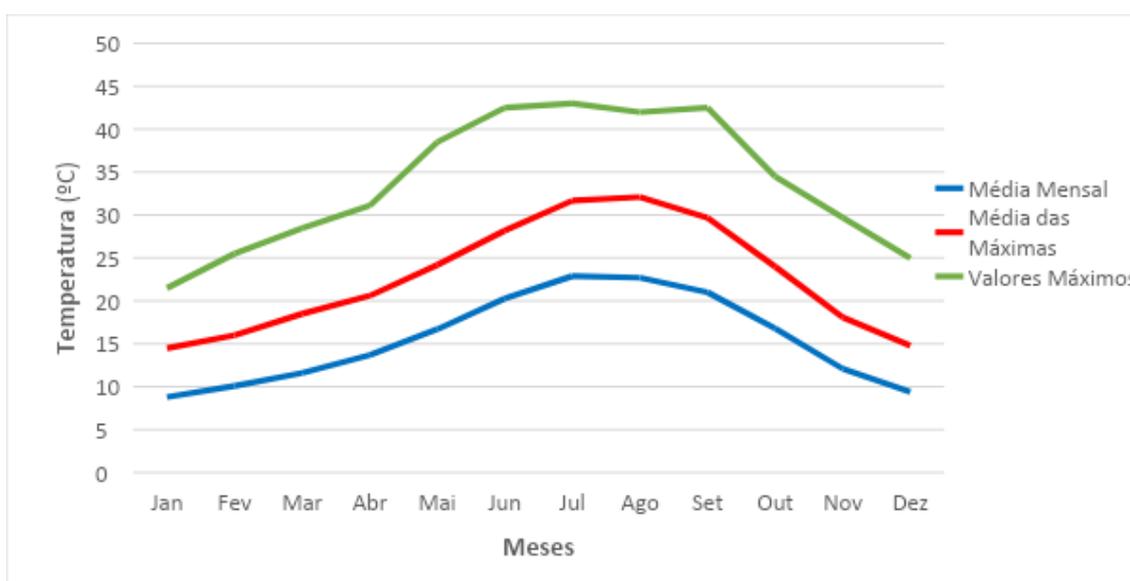


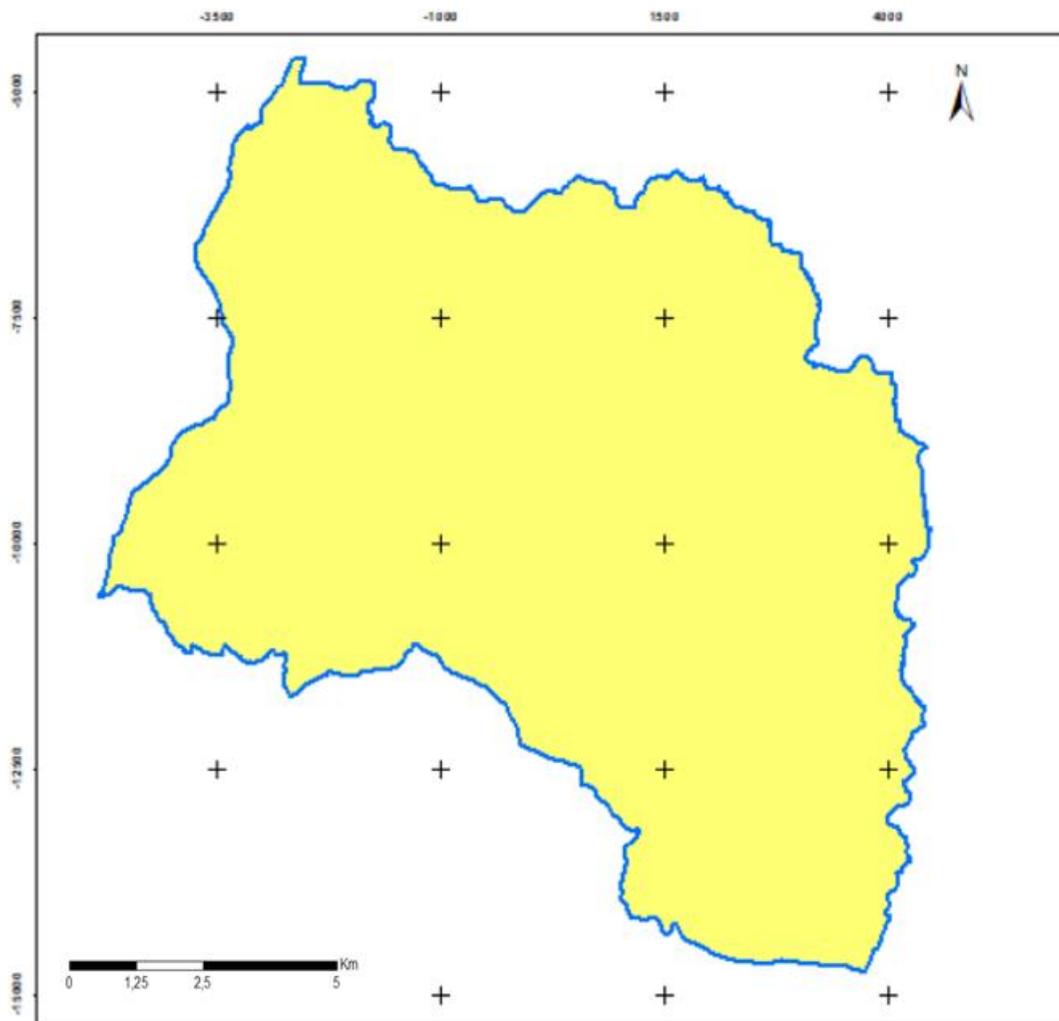
Gráfico | Valores mensais da temperatura média, média dos valores máximos, e valores máximos registados no período de 1961-1990 | PMDCI de Sardoal

30 anos.

Perante a análise do gráfico 4 verifica-se que, os valores máximos coincidem com os meses de junho, julho, agosto e setembro em que no mês de julho o valor máximo é de 43°C. Para o

período em estudo a média mensal atinge o seu valor máximo de 20°C também no mês de julho. Quanto á média das máximas é o mês de agosto que se destaca com o valor de 32,1°C.

De uma forma geral pela análise do gráfico verifica-se que é durante o período de junho a setembro que as temperaturas são mais elevadas.



Legenda:

- Limite AIGP SARDOAL I
- Entre 15.0 e 16.0 C

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 11 | Representação da Temperatura média anual (°C) na AIGP DE SARDOAL I

b.7) Humidade do ar

Em relação à humidade relativa do ar, que se define como a relação entre a quantidade de vapor de água que o ar contém (Humidade Absoluta) e a quantidade máxima de vapor que esse ar pode conter (Ponto de Saturação) à mesma temperatura expressando-se em percentagem, é apresentado os valores médios mensais medidos em dois períodos do dia, às 9:00 e 18:00 horas, num período de 30 anos (1961-1990).

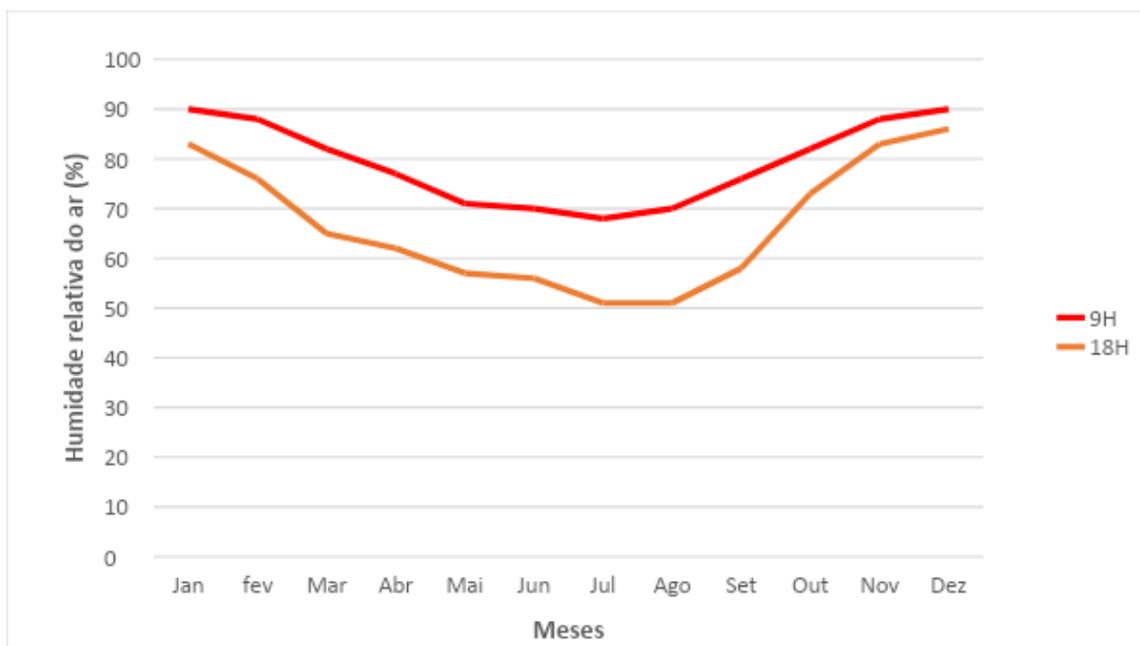
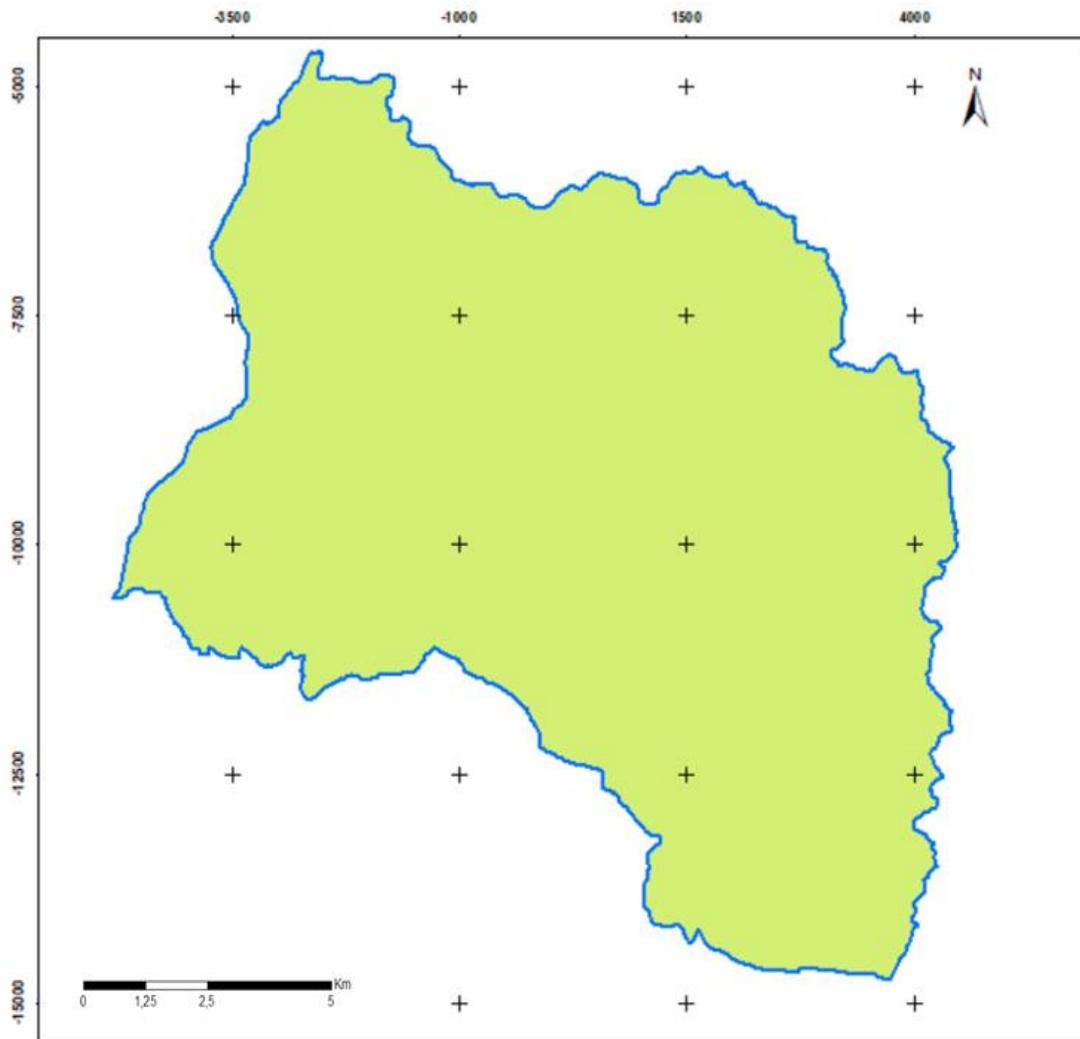


Gráfico | Valores médios mensais da humidade relativa do ar (9h e 18h) no período de 1961-1990; (PMDFCI Sardoal, 2022-2030).

Observando o gráfico 5 verifica-se que o valor médio mensal da humidade relativa do ar atinge o seu valor mais baixo nos meses de julho e agosto quando medidos às 18h, estando diretamente relacionado com as temperaturas mais elevadas que se fazem sentir nos meses em questão. Quando analisados os valores medidos às 9h, verifica-se o valor mais baixo no mês de julho com apenas 68% e em junho e agosto com apenas 70%.

Concluimos também que os valores mínimos de humidade coincidem com os valores máximos de temperatura.



Legenda:

- Limite AIGP SARDOAL I
- Entre 75 e 80%

Sistemas de Coordenadas:
 PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
 Elipsoide de Referência: GRS80
 Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 12 | Representação da Humidade relativa na AIGP de SARDOAL I

b.8) Precipitação

Tendo em conta o PMDFCI de Sardoal que apresenta os dados anteriores de uma forma mais pormenorizada, em que a caracterização da precipitação é representada através de valores mensais e máximas diárias para um período de 30 anos.

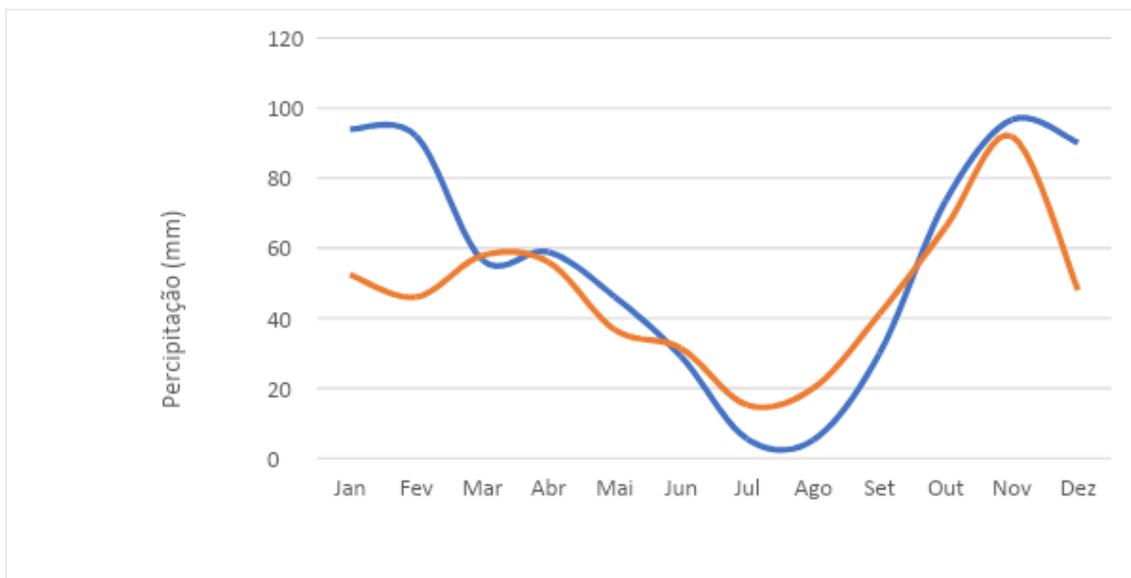
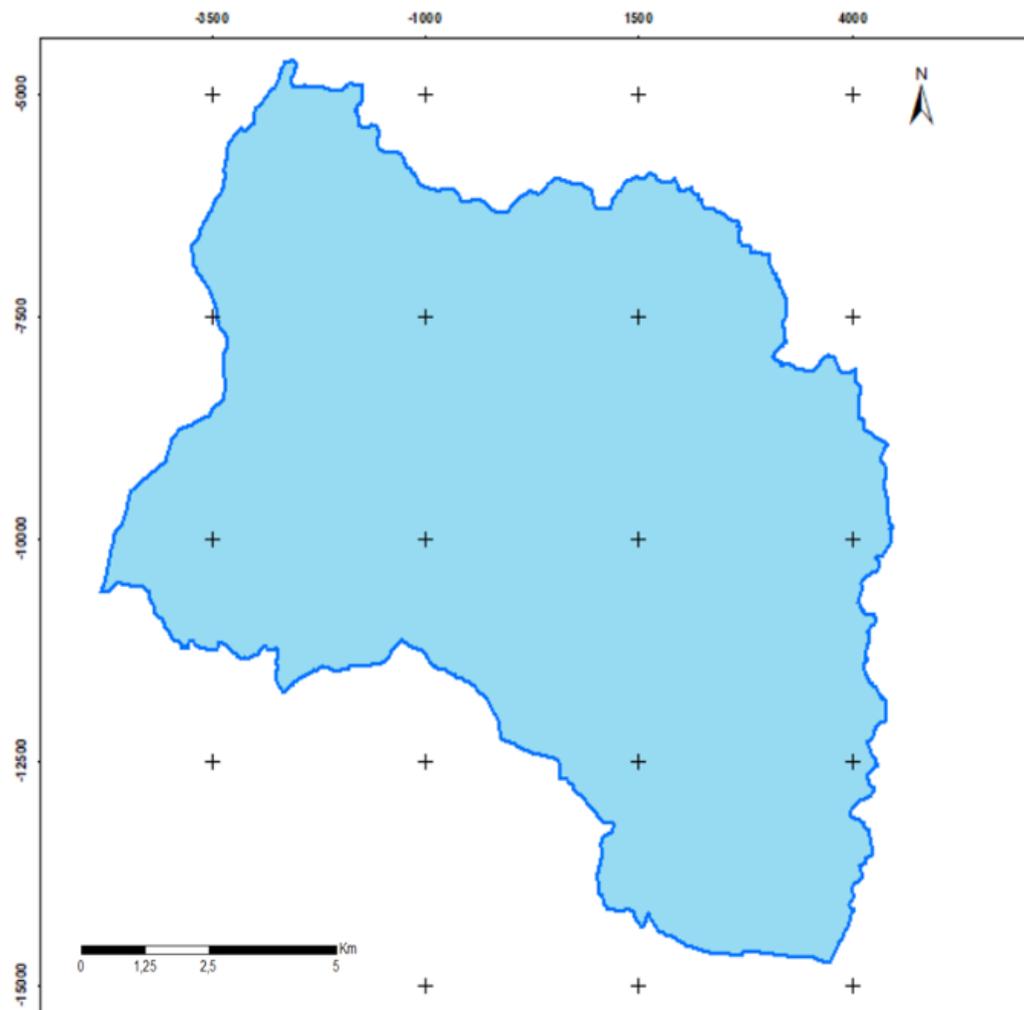


Gráfico | Valores mensais e máximas diárias no período de 1961-1990; (PMDFCI Sardoal,

Observando o gráfico 3 os valores mensais da precipitação são muito reduzidos nos meses de julho e agosto (5,5 e 5,2mm), assim como as máximas diárias nesses mesmos meses. Em novembro regista-se um valor mais elevado de precipitação.



Legenda:

- Limite AIGP SARDAOL I
- Entre 75 e 100 dias

Sistemas de Coordenadas:
PT-TM06/ETRS89 (EPSG:3763)
Elipsoide de Referência: GRS80
Projeção Cartográfica: Transvers

Figura 13| Representação média anual acumulada (mm) na AIGP SARDAOL I

b.9) Vento

São apresentados, no gráfico 4, os valores médios mensais da frequência (FR) (%) e velocidade média do vento (VM) (km/h), segundo os diferentes quadrantes num período de 30

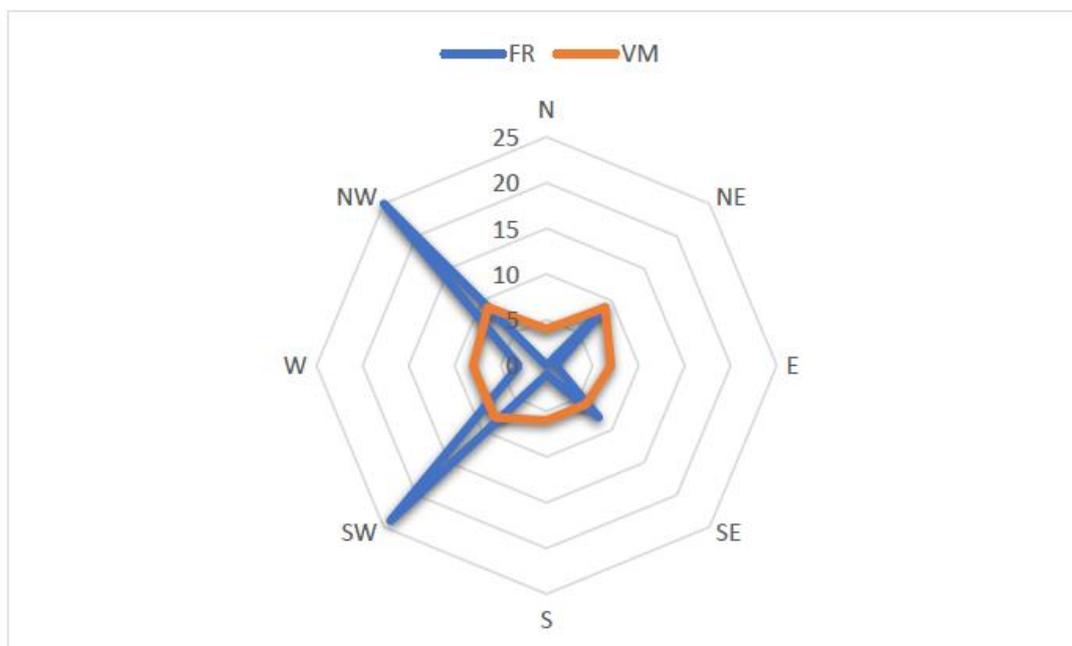


Gráfico | Valores médios mensais da frequência (FR) (%) e velocidade média do vento

anos. Verifica-se a frequência que se destaca é de NW e SW onde a velocidade média varia entre os 24 e 25 km/h.

Analisando a tabela seguinte verifica-se que é nos meses de verão que a velocidade do vento é maior nos quadrantes NE e NW, onde os valores médios no verão chegam a 11,7 km/h.

Quadro 1 | Valores médios mensais da frequência (FR) (%) e velocidade do vento (VM)

	Norte (N)		Nordeste (NE)		Este (E)		Sudeste (SE)		Sul (S)		Sudoeste (SW)		Oeste (W)		Noroeste (NW)	
	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM	FR	VM
Jan.	0,1	2	20,8	7	1,5	5,4	14	5,9	1,1	7	18,8	7,5	0,8	6,9	6,5	7,3
Fev.	0,1	3	22,2	7,5	1,5	6,7	11,9	6,3	1,1	5,7	24,1	7,5	2	6,6	10,9	7,5
Mar.	0,2	3,5	27,1	9,2	1	6,3	8,4	6,3	0,3	5,5	23	7,7	2,5	7,7	21,6	8,9
Abr.	0,5	4,2	22,9	9,9	0,6	6,9	7,5	7,1	0,3	7,8	25,5	8,5	4,1	8,5	29,7	9,5
Mai.	0,5	5	15,5	10,5	0,9	9,6	5,2	7,2	0,4	4,4	27,3	9,4	3,8	9,9	41,7	10,5
Jun.	0,4	5	12,5	9,7	0,6	7,7	4,9	7	0,4	7,3	28,9	9,1	4,5	10,1	41,8	10,5
Jul.	0,4	5,1	10,2	10,3	0,2	11,3	2,6	6	0,6	5,6	27,2	9,3	6,8	10,2	45,9	10,4
Ago.	0,4	6,1	11,2	9,6	0,1	2,5	2,5	5,8	0,2	6,7	26,8	9,2	6,7	8,7	45,4	10,1
Set.	0,6	3,8	14,7	7,6	0,8	9,8	5,8	5,8	0,8	6,6	22,7	7,2	5,4	7,9	31,4	8,4
Out.	0,2	2,3	21,3	7,5	1,5	7,6	12,1	6,2	0,5	5	18,7	5,8	2,4	6,2	13,8	7,3
Nov.	0,2	3,3	21,1	7,5	1,9	7,5	13,3	5,3	0,9	4,8	16,8	6,6	1,2	5,4	8,8	6
Dez.	0,2	1	25	7,3	1,8	6,4	13	6,1	0,4	6,9	24	7	1,3	5,4	6,4	6,5

b.10) Flora

O Concelho de Sardoal, de uma forma geral, apresenta a Norte, florestas de resinosas e folhosas (com maior destaque sobre as espécies de Pinheiro Bravo e Eucalipto, a Sul do concelho apresenta povoamentos de sobreiros, azinheiras e carvalhos. Importa também referir a existência de alguns exemplares de oliveiras "milénares", que pelo seu porte, forma e beleza, se torna premente a sua proteção, muitas vezes associados a este (olival) é possível observar nos seus troncos a presença do pulmão do Carvalho (*Lobaria pulmonaria*). O desconhecimento, por parte da comunidade, do real valor paisagístico destes exemplares, tem levado a que nos últimos anos tenham ocorridos abates de árvores em grande escala, alterando por completo a paisagem característica daquelas zonas. Estas zonas criam belíssimas paisagens, levando assim há necessidade de promover a sua proteção, não obstante a atual existência de legislação específica que promove essa proteção (legislação de proteção de sobreiros e azinheiras). Este Concelho apresenta outras zonas onde o "rasgar" dos terrenos pelos diversos cursos de água leva ao aparecimento de galerias ripícolas belas e imponentes, com a presença de espécies como o amieiro (*Alnus glutinosa* L.), o freixo (*Fraxinus angustifolia* L.), diversas espécies de salgueiros (*Salix*, spp.), e o sabugueiro (*Sambucus nigra* L.) Ainda associado a esta região espécies como a esteva (*Cistus ladanifer* L.), o estevão (*Cistus populifolius* L.), o sargaço (*Cistus salviifolius* L.), os tojos (*Ulex*, spp), as urzes (*Erica*, spp e *Calluna*, spp) e a carqueja (*Pterospartum tridentatum*) existem outras espécies com interesse, como o caso das diferentes espécies de rosmaninhos (*Lavandula stoechas* L.), a gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L.), o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), a murta (*Myrthus communis* L.), o pilriteiro (*Crataegus monogyna* L), o folhado (*Viburnum tinus* L) e até uma espécie de

orquídea singular (*Orchis mascula* L.), o narciso (*Narcissus fernandesii*) a pombinha -do-guadiana (*Linaria pseudamethystea*), feto real (*Dryopteris guanchica*), amor-prefeito (*Viola tricolor*), entre outras.

b.11) Fauna

Em termos de fauna, para além das espécies com interesse cinegético como o coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus*), a perdiz vermelha (*Alectoris rufa*) e o javali (*Sus scrofa*) e outras mais habituais como o caso da raposa (*Vulpes vulpes*) e do saca rabos (*Herpestes ichneumon*), existem mais espécies a destacar, entre elas avifauna como a águia de asa redonda (*Buteo buteo*), bem como alguns avistamentos de águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), abelharuco (*Meropidae*) entre outras espécies que certamente qualquer observador de aves gostará de ter a oportunidade de ver. Uma espécie que voltou a aparecer recentemente foi o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*), importa ainda referir o sardão (*Timon lepidus*) pelo qual o concelho é conhecido, são muitas vezes de fácil observação dado as suas cores vistosas e o tamanho que alguns machos apresentam, existem outras mais espécies no concelho. Apesar de Sardeal deter uma pequena barragem – Lapa, não é permitida a pesca nesse local, é possível verificar a presença de peixes, mas torna-se difícil a sua identificação.

3. *Áreas edificadas e infraestruturas*

4. *Elementos patrimoniais e culturais*

5. *Fogos rurais*

6. *Outros riscos e vulnerabilidades*

7. *Socioeconomia relevante para a valorização e revitalização do territorial*

7. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

i. Mapeamento da estrutura fundiária, número e dimensão média dos prédios

A área da AIGP do Sardeal I é caracterizada como minifúndio, estando identificados 8100 prédios, em que o valor médio dos prédios é de 0,5 ha.

8. SOCIO ECONOMIA RELEVANTE PARA A VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO TERRITORIAL

Perfil demográfico

Tipo, dimensão e orientação produtiva das explorações agrícolas e florestais

Atividades económicas relevantes e complementares

- Caça
- Pesca

- Recreação e lazer
- Turismo

Perfil demográfico, tipo, dimensão e orientação produtiva das explorações agrícolas e florestais

9. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

- Organizações de produtos florestais e agrícolas e outras organizações relevantes para a execução dos projetos e ações;

A nível de estrutura organizativa presente no concelho de Sardoal temos o Gabinete Técnico Florestal – município de Sardoal e a Junta de Freguesia de Sardoal, Alcaravela e Santiago de Montalegre.

10. PROJETOS EM CURSO OU APROVADOS

Na área da AIGP do Sardoal apenas se conhece a candidatura ao “Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta” das 16 aldeias, candidatura esta elaborada pela entidade gestora e pelo Município de Sardoal que no presente (agosto 2024) encontra-se **em execução**.

A2.2. Demonstração dos efeitos da proposta

A proposta para a transformação da paisagem está assente em alguns princípios chave, são eles a reconversão e manutenção de áreas e atividades, agrícolas florestais e agroflorestais, valorização da aptidão dos solos e a remuneração dos ecossistemas, no contexto das alterações climáticas.

a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

Para a proposta em questão, entre outros indicadores tiveram em conta as características biofísicas, declives acentuados, presentes na maior parte da área, orientação das vertentes com maior representatividade nos quadrantes Norte, Oeste e Este, relativamente à aptidão do solo, a mesma é na sua maioria Classe F, ou seja, solos com limitações muito severas, não suscetíveis de utilização agrícola com limitações muito severas para pastagens, exploração de matos e exploração florestal, podendo em alguns casos ser considerada como não apta (afloramentos rochosos, reduzida espessura do solo, relevo e declives muito acentuados).

Segundo os dados descritos no PROF centro Litoral para Sub região Pampilhosa e Alvelos, a escolha das espécies prendeu-se com a sua aptidão, neste caso espécies com boa aptidão, produtividade e resiliência, são elas Pinheiro bravo, Castanheiro, Medronheiro, Sobreiros e espécies ripícolas (Amieiro, Freixo, Bétula, Sagueiro). A distribuição das mesmas será feita da seguinte forma: Castanheiro, Sobreiro e Medronheiro faixas de proteção aos aglomerados populacionais, faixas de proteção às linhas de água, faixas de cumeadas e declives superiores a 15%. Não sendo o uso ideal, a área agrícola irá sofrer um aumento nomeante nos mosaicos e pontos de abertura de incêndios, onde serão introduzidas espécies frutícolas, oliveiras e aproveitamento da regeneração natural de sobreiros.

c. Conectividade ecológica

Com as alterações propostas vai haver um aumento da conectividade ecológica, aumentando assim a deslocação das espécies por meio dos recursos existentes. Estas alterações consistem na conservação, manutenção, reabilitação, restauração e compensação da paisagem. Deste modo nas áreas que não arderam e servem de refúgio à fauna existente, os locais terão de ser mais cuidados uma vez que se encontram “abandonados”. Nas linhas de água irá ser feita uma beneficiação das mesmas com plantação de espécies ripícolas, valorizando assim os recursos hídricos e protegendo o solo contra a erosão, proporcionando assim habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies. Nas faixas de cumeadas, nas faixas de gestão e nos buffers criados à

volta dos aglomerados e serão introduzidas folhosas autóctones de maneira a aumentar a variedade dos habitats e consequentemente das espécies.

d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

A área em estudo tem um elevado número de linhas de água, na sua maioria temporárias, a beneficiação, conservação e recuperação das mesmas, é de extrema importância para melhorar a conectividade ecológica, criar descontinuidade florestal, melhorar o ciclo hidrológico e aumentando a eficiência no uso da água. A recuperação e beneficiação das linhas de água fará com a capacidade absorção seja aumentada, aumentando desta forma a capacidade dos aquíferos e diminuindo a erosão.

e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

De modo a reduzir a vulnerabilidade aos fogos rurais o território terá de estar ordenado e terá de ser feito um planeamento florestal, entre outras medidas a redução parcial e ou total da vegetação em faixas criadas para proteção de pessoas e bens.

f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

Para a minimização de invasoras neste caso de acácias e de a sua presença ser diminuta é necessário ter em conta as seguintes etapas:

- Controlo inicial, onde se pretende uma redução drástica das populações;
- Controlo de seguimento que implica um acompanhamento frequente das áreas para deteção da regeneração através de rebentamento, germinação de sementes, entre outros;
- Controlo de manutenção que representa um controlo de longo prazo quando as populações já se encontram mais reduzidas.

No caso de pragas, neste caso Nemátodo da Madeira do Pinheiro, podem ser preconizados alguns meios de luta (química, biotécnica e cultural), apesar do reduzido número de alternativas disponíveis para o controlo das populações de pragas e doenças na floresta.

Para as tipologias da REN existente na área da AIGP do Caniçal, são eles: - Áreas com risco de erosão 931,8 ha; - Área de máxima infiltração 12,2 ha; - Cabeceiras de linhas de água 7,4 ha; -

Leitos dos cursos de água 21,9 ha; - Zonas ameaçadas pelas cheias 2,5 há, segundo o DL n.º 166/2008, de 22 de Agosto, artigo 3), alíneas a), b), c) e d serão tidos em contra os seguintes objetivos:

a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;

b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação das áreas estratégicas de infiltração e de recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;

c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;

d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Apenas podemos fazer referência à transformação paisagística potencial, uma vez que no ponto A.2.1 alínea e. não foram identificados nenhuns elementos patrimoniais e culturais. A plantação de espécies autóctones nas faixas de cumeadas e a recuperação das linhas de água irão contribuir para uma paisagem diversificada no que respeita a fauna e flora.

h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes

As alterações propostas na AIGP do Caniçal tiveram como principal objetivo a alteração do uso do solo, nomeadamente o ordenamento da área florestal, diminuindo e ordenando a área de pinheiro bravo e eucalipto, ordenando e aumentando a área de medronheiro e sobreiro, criando áreas de castanheiros e recuperando as galerias ripícolas. As áreas de matos também irão sofrer uma diminuição e passaram a ser geridas.

i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

O envelhecimento da população, o êxodo rural e a emigração são fatores para a área agrícola e os mosaicos sofrerem apenas um ligeiro aumento. Apesar de ser ligeiro e com as medidas a serem fomentadas estão reunidas as condições para aumentar a proteção aos aglomerados populacionais. A totalidade da AIGP se encontra inserida na zona de caça municipal, esta atividade pode proporcionar as seguintes situações, ser usada como ferramenta de apoio à gestão das populações de animais selvagens, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial que contribua para a redução da incidência de incêndios florestais e ao aumento do turismo.

j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A principal atividade económica na AIGP do Caniçal é a produção de material lenhoso, de eucalipto para trituração e pinheiro bravo serração. Com as alterações propostas a área de pinho passará a ser conduzida assim como a de eucalipto e mantém as suas funções, o castanheiro e o sobreiro passaram a estar associados a exploração de produtos lenhosos, assim com o mel a cortiça, o medronho e a castanha como não lenhosos.

A2.3. Articulação com o quadro legal

a) Instrumentos de Gestão Territorial

i. Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Não se aplica à área em questão.

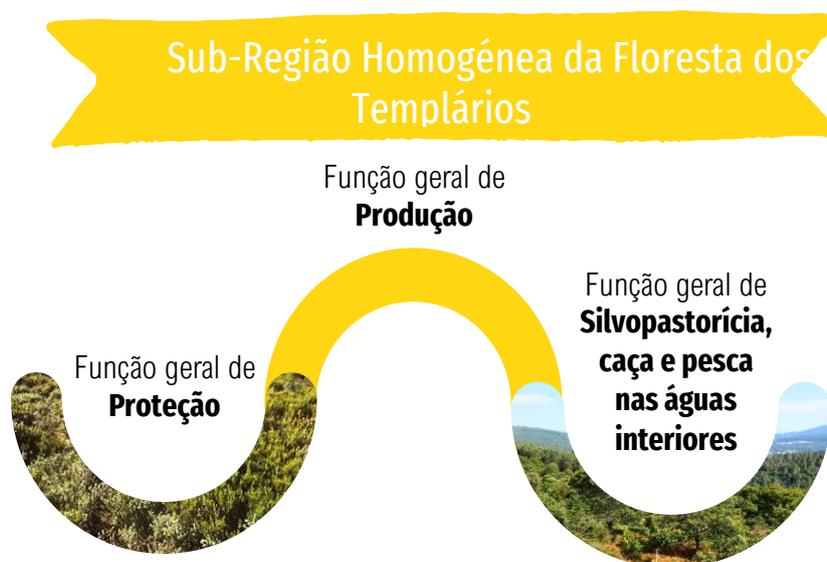
ii. Programas Especiais Das Áreas Protegidas e Outros

Não se aplica à área em questão.

iii. Programas Regionais de Ordenamento Florestal

A OIGP Sardoal I insere-se no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT) aprovado pela Portaria n.º 52/2019 de 11 de fevereiro.

De acordo com o PROF LVT, a OIGP insere-se na Sub-Região Homogénea (SRH) da Floresta dos Templários. São transversais à área da OIGP todas as funções subjacentes da sub-região: **Função de produção** através do potencial de produção lenhosa; **Função de proteção** das zonas de risco de erosão, rede hidrográfica, galerias ripícolas e ainda proteção ambiental com objetivo de sequestro e armazenamento de carbono e por fim, **Função de Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores**, através do elevado potencial cinegético.



A proposta apresentada vai de encontro aquilo que são os objetivos e metas transversais do PROF e ainda aos objetivos específicos da SRH:

Diminuir a erosão dos solos

Preservação dos valores fundamentais do solo e da água

Diversificação da composição das áreas florestais contribuindo para a

Aumentar a produtividade por unidade de área, reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal-adaptados às condições ecológicas da estação:

Promoção do aumento de densidade dos povoamentos sublotados; Promoção da arborização com material genético de melhor qualidade e adaptação à estação; Promoção da aplicação das melhores técnicas silvícolas disponíveis; Promoção da constituição da ZIF (constituídas ZIF'S da Alcaravela e Santiago de Montalegre); Promoção do aumento da área certificada (tem sido esse trabalho de promoção e divulgação dos benefícios); divulgação da informação técnico-científica atualizada relativa a produção silvícola.

Diminuição do número de incêndios e de área ardida e reabilitação de áreas ardidas (diversas áreas ardidas entre 2000 e 2020 que no presente a maioria estará recuperada através de povoamentos florestais):

Implementação da rede primária do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; promoção da manutenção e reforço de meios de primeira intervenção contra incêndios; promoção da reabilitação de terrenos degradados contribuindo para a diminuição dos efeitos da desertificação; divulgação de informação relativa às boas práticas de exploração de áreas percorridas por incêndios, discriminação positivamente as iniciativas de implementação e manutenção da funcionalidade das infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios.

Relativamente às espécies florestais a privilegiar para SRH, as mesmas vão encontrar no grupo I (como a Azinheira, Carvalho-Português, Eucalipto, Pinheiro Bravo, Sobreiro e Ripícolas) e tendo em conta a dinâmica da área da OIGP e de acordo com a aptidão florestal, as mesmas deverão incidir sobre o pinheiro bravo, eucalipto e sobreiro com o aproveitamento de folhosas e espécies associadas às galerias ripícolas e linhas de água.

O Eucalipto é uma espécie com expressão na área e com retorno económico rápido a curto prazo para os proprietários e apesar de a mesma apresentar uma aptidão regular (em quase a totalidade da área da OIGP, PROF LVT, 2023), a superfície deverá tendencialmente diminuir. É intenção reconverter as áreas de mato e mato de proteção que estão definidas no Plano Diretor Municipal, que hoje estejam ocupadas com esta espécie, substituir por outras autóctones.

O Pinheiro bravo apresenta um longo historial na região e na área em questão, com uma aptidão regular deverá tendencialmente manter-se.

O Sobreiro com uma aptidão regular também, deverá ligeiramente aumentar, visto que se encontra um pouco espalhado em toda a área.

As propostas apresentadas nesta OIGP estão muito em linha na manutenção da sustentabilidade ambiental que passa pelo aproveitamento das espécies que já existem no território. As próprias áreas existentes de Eucalipto e Pinheiro bravo permitem criar descontinuidades horizontal e vertical. Pretende-se ver um aumento das espécies caducifólias autóctones com especial incidência no Sobreiro, Azinheira, podendo a vir a ser utilizado o Castanheiro e o aumento de espécies agrícola como as oliveiras. Porém, devem ser respeitadas as opiniões dos proprietários que muita vez escolhem as resinosas e o eucalipto para obterem um retorno económico mais rápido.

O PROF LVT ainda estabelece as áreas dos corredores ecológicos e áreas sensíveis que são categorizadas em:

- i. Perigosidade de incêndio rural: a área da OIGP apresenta uma perigosidade elevada a muito elevada;
- ii. Suscetibilidade a Pragas e doenças;
- iii. Risco de erosão
- iv. Importância ecológica;
- v. Importância social e cultural

Ainda estabelece o PROF-LVT que deve ser promovida a instalação e garantia da conservação do corredor ecológico existente a norte da área útil, numa largura não inferior aos 50 m, constituída por vegetação de interesse.

iv. Plano Diretor Municipal

Nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro revisto pelo Decreto-Lei n.º 65/2017 de 12 de junho os Planos Diretores Municipais devem adaptar as suas disposições ao conteúdo do PROF, com as quais devem ser compatíveis, nos termos do disposto no artigo 121º do Decreto-Lei n.º 85/2015, de 14 de maio, envolvendo obrigatoriamente, a atualização das respetivas plantas. Neste contexto o PDM de Sardoal, que se encontra em vigor pela Resolução do Concelho de Ministro n.º 95/94 de 14 de junho que se encontra no ano presente (2024) em revisão e por isso vai sofrer alterações, vai promover a articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial abrangida pelo concelho em questão.

O PDM faz a diferenciação do solo em diversas categorias: **Espaço urbano:** Área urbanizada em Mista; Habitacional; Equipamento/Comércio/atividade/serviço; Área urbana Verde em Livre público e verde público; Verde de proteção e enquadramento e verde agrícola; **Espaço urbanizável:** Área urbanizável em Mista; Habitacional; Equipamento/Comércio/atividade/serviço; Área verde em Livre público e verde público, verde de proteção e enquadramento e verde agrícola; **Espaço industrial:** Área industrial; **Espaço agrícola:** Área agrícola da RAN e outra área agrícola; **Espaço florestal:** Área florestal de produção e Área de mata e mato de proteção; **Espaço-canal de infraestrutura:** Rede Nacional de Estradas e Rede Municipal de estradas e caminhos; **Espaço aquícola:** Área aquícola.

Sendo este um

O PDM define **2 áreas florestais distintas** como:

1. **Área florestal de produção | Matas de produção** e citando o mesmo, estas são: *“Espaços ocupados por folhosas de rápido crescimento (Ex. Eucalyptus spp.) e resinosas (essencialmente pinheiro-bravo), onde de privilegia essencialmente a exploração florestal”.*
2. **Área de mata e mato de proteção:** *“...é a categoria de espaço florestal cuja função principal é a proteção e secundariamente os outros usos da floresta. Este espaço estabelece um continuum natural, que assegura e salvaguarda o património genético, a defesa e valorização de recursos hídricos e a redução dos riscos de erosão de solo e de incêndio. É constituído pelas faixas de proteção dos cursos de água, pelas comunidades de vegetação instaladas nas unidades pedológicas litossolos de arenitos, nas zonas de relevo acidentado e nas encostas de vale que pendem para as ribeiras principais: na área descrita só é permitida a produção florestal constituída na base de espécies autóctones”.*

Neste sentido pretende-se transformar as áreas ocupadas por *Eucalyptus* spp. que estão em área de mata e mato de proteção, depois do seu fim de rotação, em áreas com espécies folhosas autóctones, de acordo com as pretensões dos proprietários.

Ao nível do espaço agrícola, são definidas duas categorias de espaço:

- 1. Área agrícola da RAN:** *“área destinada à produção agrícola e submetida às disposições estabelecidas nos Decretos-Leis n.º 196/89, de 14 de junho e 274/92 de 12 de dezembro, Nessa área deverá ser garantido o objetivo de proteção do solo como recurso natural insubstituível, de fundamental importância para a sobrevivência, fixação e bem-estar das populações e para uma evolução equilibrada da paisagem. A3) Na área agrícola da RAN não são permitidas, nos termos do regime da RAN: Quaisquer atividades que possam reduzir ou prejudicar direta ou indiretamente a capacidade produtiva dos solos; alterações significativas do uso dos solos, que impliquem alterações irreversíveis da topografia do solo e ou inviabilizem a sua reutilização agrícola; Operações de florestação e silvícolas não decorrentes de projetos aprovados pelo Instituto Florestal, não se incluindo nelas a constituição das sebes, quebra-vento nos limites dos prédios ou das parcelas, ao longo dos caminhos e linhas de água;*
- 2. Outra área agrícola:** *“área destinada à produção agrícola, mas não submetida ao regime RAN nem ao regime das obras de fomento agrícola”.*

Ao abrigo da proposta presente e discriminada ao longo do documento, a OIGP está devidamente articulada com as categorias que estão em linha com os objetivos da estratégia de ordenamento florestal nomeadamente: reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivo; recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas; promover a gestão florestal ativa e profissional e aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios, diminuindo a perigosidade de incêndio florestal e ainda contribuir para a conservação do solo e da água em geral.

Considerando às categorias de espaços definidos do PDM de Sardeal, fundamentalmente categorias de espaço agrícola e florestal as propostas de intervenção no âmbito da OIGP estão em linha com o PDM, sendo por isso salvaguardadas as devidas restrições.

b) Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais

i. Programas regional e sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais

O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental definiu as suas regras de funcionamento sobre o DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, onde são também constituídas as Comissões Sub-regionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais e as Comissões Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20 – 30 bem como, Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Lisboa e Vale do Tejo encontra-se aprovado e em vigor desde a data 7 de dezembro de 2021. O programa sub-regional de Lisboa e Vale do Tejo ainda se encontra em fase de elaboração, sendo que a colaboração entre as diversas entidades e a EG é essencial para o planeamento e retificações da proposta da OIGP já integre o planeamento a ser desenvolvido na comissão sub-regional.

No entanto, e tendo em conta o Programa Regional, podemos identificar uma série de projetos que estão em linha com o desenho da OIGP:

2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada

2.1.1 Reconverter a paisagem

2.1.1.1. Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)

2.1.1.2. Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos

2.1.1.4. Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)

2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem

2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível

2.2.1.2. Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de

2.2.1.3. Garantir a gestão da rede secundária

2.2.1.4. Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

2.2.1.5. Proteção de áreas de elevado valor

2.2.1.6. Gestão de galerias ribeirinhas

2.2.1.7. Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

2.2.1.9. Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos

2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado

2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas

2.3.1.1. Revisão e implementação das regras de defesa pelos privados

2.3.1.2. Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

2.3.1.4. Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas seguras”

3.1. Reduzir as ignições de maior risco

3.1.1. Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas

3.1.1.2. Apoio à população na realização de queimas e queimadas

3.1. Reduzir as ignições de maior risco

3.1.2. Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão

3.1.2.1. Ações de vigilância em período e áreas rurais críticas

3.1.2.3. Rede de vigilância e deteção de incêndios

4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco

4.1.2. Implementar o planeamento

4.1.2.3. Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de

4.1.2.4. Normas técnicas e diretivas operacionais

ii. Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais

v. Servidões e restrições de utilidade pública

Regime Florestal

Não se aplica

Áreas protegidas

Não se aplica

Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC)

Não se aplica

Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português

Não se aplica

Domínio hídrico

Na AIGP do Sardoal I, o domínio hídrico público está representado com Lacustre e Fluvial e Restantes águas, em que o cursos que apresentam maior representatividade são as seguintes ribeiras: - Abesteira, - Amieira, - Sarnadas, - Andreus, - Arcês, - Codes, - Toural, - Porto, - Vale Diogo, cada uma com vários afluentes com pouca expressão, todas as condicionantes nomeadamente a faixa de 10 metros na margem estão descritas pela Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro na sua redação atual, qualquer ação necessária no mesmo, carece de parecer prévio pelos serviços competentes nomeadamente a APA/ARHTO.

REN

Segundo o PDM atualmente em vigor, publicado pela primeira vez na RCM 95/94 de 30 de setembro, o mesmo não contempla a desagregação da REN, em que a mesma perfaz um total de 62% em REN.

Do total da área em estudo, 62% estão em REN, estas áreas são objeto de proteção especial, pois correspondem a restrições de utilidade pública, segundo o Decreto-Lei n.º 166/2008,

de 22 de Agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, na sua atual redação, são permitidos os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, nomeadamente os que não coloquem em causa as funções das respetivas áreas e em que sejam feitas as comunicações prévias à CCDR, não estando previstas quaisquer ações que possam configurar os usos ou ações interditas ao previsto no artigo 20 do RJREN

RAN

Por definição presente no Decreto-Lei nº. 73/2009 de 31 de março na sua atual redação, A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos, na AIGP do Sardoal I apenas 840 ha estão inseridos em RAN.

Empreendimentos hidroagrícolas

Não se aplica

Linhas de alta tensão e antenas

Não se aplica

Marcos geodésicos

Existem 7 vértices geodésicos

Sítios arqueológicos

Segundo o PDM atualmente em vigor Publicado pela primeira vez na RCM 95/94 de 30 de setembro não são referidos sítios arqueológicos na AIGP do Sardoal I.

Regime cinegético

A AIGP do Sardoal I, é abrangida quase na sua totalidade por duas zonas de caça Municipais, a ZCM das Freguesias de Sardoal e Santiago de Montalegre com o Processo do ICNF N° 4595 em que a sua última renovação foi a 4 de Fevereiro de 2019 pelo despacho S098/19 e ZCM de Alcaravela com Processo n. 3926 em que a sua última renovação foi 28 de junho de 2022 pelo D S468/22.

Zonas de pesca nas águas interiores

Não se aplica

a. Planos de gestão florestal

A Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Santiago de Montalegre e ZIF de Sardeal e Valhascos estão contidos na AIGP do Sardeal I, de momento os Planos de Gestão Florestal ainda se encontram em elaboração.

A2.4. Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

A2.4 Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

Desde a aprovação da AIGP do Sardeal I que tanto o Município do Sardeal como a entidade gestora têm feito várias ações de divulgação, nomeadamente na entrega de flyer's e a afixação de cartazes e na concretização de reuniões de esclarecimento com proprietários e todos os interessados.

A mobilização dos proprietários e demais interessados continua a ser dinamizada e continua-se a apostar no contacto direto da Entidade gestora através do preenchimento e assinatura das respetivas declarações.

CAPÍTULO B.

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

B.1. Unidades de Intervenção (UI)

- a) **MAPEAMENTO DAS UNIDADES DE INTERVENÇÃO (UI):** Unidades de intervenção e/ou unidades de gestão são áreas que apresentam as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação de solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de intervenções com as mesmas características, tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a sua gestão/manutenção/valorização do uso existente, bem como os elementos estruturais notáveis: muros ou socalcos.

Para esta definição tivemos em conta o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28/06/2006, mais especificamente o artigo 17.º, alínea 3 e 4:

3 — A dimensão das parcelas deverá variar entre 20 ha e 50 ha, nos casos gerais, e entre 1 ha e 20 há nas situações de maior risco de incêndio, definidas nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, e o seu desenho e localização devem ter em especial atenção o comportamento previsível do fogo. 4 — Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal os povoamentos monoespecíficos e equiênicos não poderão ter uma superfície contínua superior a 50 ha, devendo ser compartimentados, alternativamente: a) Pela rede de faixas de gestão de combustíveis ou por outros usos do solo com baixo risco de incêndio; b) Por linhas de água e respetivas faixas de proteção, convenientemente geridas; c) Por faixas de arvoredo de alta densidade, com as especificações técnicas definidas nos instrumentos de planeamento florestal.

B2. Modelos de Exploração Florestal

B3. Modelos de intervenção em áreas agrícolas

Para as unidades de intervenção com ocupação de solo a manter e proposta correspondentes às tipologias da COS agricultura e pastagens, o modelo de intervenção é essencialmente baseado na reabilitação das áreas existentes e outra que visa a instalação de áreas agrícolas como pomares, culturas permanentes associadas a pastagens e pastagens melhoradas e espontâneas.

Assim, relativamente às áreas a existentes, é intenção executar-se a manutenção e recuperação de áreas de olival, culturas temporárias de sequeiro de forma a reabilitar estas parcelas. Em relação às novas áreas a instalar de pomares e olival, estas têm um objetivo de rentabilização de investimento, funcionando como uma faixas de proteção e combate estratégico.

CAPÍTULO C. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

C1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

C2. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos serviços dos ecossistemas

D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

D1. LEVANTAMENTO CADASTRAL E DA SITUAÇÃO DE ADESÃO

O concelho de Sardoal faz parte do grupo de concelhos que apresenta cadastro geométrico da propriedade rústica e por isso este ponto não se aplica à mesma. Todo território do concelho de Sardoal dispõe de cadastro geométrico da propriedade rústica em formato digital, desta forma não foi necessário proceder à informação através de edital de qualquer ação relacionada com o cadastro. No entanto, foi necessário reunir, classificar e trabalhar a informação existente relativamente a cerca de 8.387 prédios rústicos da AIGP "Sardoal I", foi feito, inicialmente pelos técnicos do Município e posteriormente com a colaboração da Entidade Gestora, um criterioso trabalho de seriação e catalogação da informação disponível.

Importa referir a disponibilização de informação geográfica cadastral (atualizada) por parte da Direção Geral do Território - DGT. Com esta informação foi possível verificar a seguinte informação

- N.º Total de propriedades da AIGP "Sardoal I";
- Média das áreas das propriedades da AIGP;
- Propriedades por proprietário;
- Área total por proprietário;
- Nome de todos os proprietários de cada propriedade dentro do perímetro da AIGP;
- Moradas dos proprietários dos prédios rústicos;
- Propriedades em regime de copropriedade e respetivas áreas.

O que facilitou o contacto com os proprietários e a forma como foi planeada todas as operações constantes neste documento.

D2. MODELO DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação é uma associação sem fins lucrativos, criado no ano de 1997 com o objetivo claro de representar e defender os agricultores, proprietários e produtores florestais. A mesma trabalha em parceria com agentes locais e associações que desenvolvem atividade na área agrícola e florestal (Junta de Freguesia de Santiago de Montalegre, Junta de Freguesia de Alcaravela, Câmara Municipal de Sardoal).

A Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação é a que assume a gestão, competências e responsabilidades na execução da OIGP, sendo que a responsabilidade de execução cabe os proprietários abrangidos pela OIGP, salvo se os mesmos transmitirem poderes de gestão dos seus prédios à entidade gestora.

b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos

A entidade gestora, Associação da Entidade Gestora da AIGP do Caniçal, em parceria com as associações florestais e agrícolas assegurará a apresentação de candidaturas às diversas fontes de financiamento disponíveis ao longo do tempo, ficando à responsabilidade na sua concretização da entidade e dos proprietários. No entanto, se existir proprietários aderentes, que cumpram o modelo proposto na OIGP e que decidam executar as operações com gestão própria a outras fontes de financiamento, existirá um compromisso individual entre a Entidade Gestora e o proprietário.

c) Modelo de contratualização de compromissos

Haverá um contrato e compromisso de adesão (termo de responsabilidade) dos proprietários ao modelo da OIGP proposto em que o mesmo concorda com as propostas e assume a execução das operações consoante o financiamento aprovado. Haverá duas modalidades de adesão como podemos verificar na imagem infra:

Funcionamento



- A. Proprietários aderentes ativos que gerem as suas propriedades consoante as propostas aprovadas na OIGP;
- B. Proprietários aderentes não ativos, que não conseguem gerir as suas propriedades e transmitem os direitos de gestão à entidade gestora.

Em anexo, fica um exemplo da declaração de compromisso.

d) Modelo de intervenção

As áreas com dono conhecido que não pretendam aderir ao modelo da OIGP passam para o arrendamento forçado e a sua gestão será assegurada pela entidade gestora.

As áreas sem dono conhecido passam a ser geridas pela empresa pública ForestGal.

e) Modalidades de adesão

No Quadro n. °5 (Excel) é identificado os proprietários, áreas, respetivos prédios e modalidades de contrato. Prevê-se que os proprietários que já fizeram o processo de representação Gráfica Georreferenciada (RGG) venham a aderir ao à OIGP, sendo que ainda não há formalização desta intenção.

Aderentes	41	7394.47	54.88
Prédios \leq 50 ha	380	1462.33	10.85
50 ha \leq Prédios \geq 500 ha	32	4589	34.06
Prédios \geq 500 ha	1	1343.12	10
Prédios rústicos aderentes	413	7394.47	54.88

E. MODELO DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

Anexo: Cartografia

1. Ocupação do solo atual à escala de 1:10.000
2. Ocupação do solo proposta à escala de 1:10.000
3. Unidades de intervenção à escala de 1:10.000
4. Situação cadastral e de adesão, à escala de 1:10.000
5. Situação cadastral e de adesão sobre a ocupação do solo proposta, à escala de 1:10.000
6. Situação cadastral e de adesão sobre as unidades de intervenção, à escala de 1:10.000
7. Serviços dos ecossistemas à escala de 1:10.000
8. Situação cadastral e de adesão sobre os serviços dos ecossistemas à escala de 1:10.000

Nota | Todos os mapas foram elaborados com o seguinte sistema de coordenadas:

Nome (Software)	ETRS_1989_Portugal_TM06
Sistema de projeção cartográfico	Transversa de Mercator
Elipsoide de referência	GRS80